



DIÁRIO OFICIAL

Estado da Paraíba • Poder Executivo

Nº 13.820

João Pessoa - Sexta-feira, 06 de Junho de 2008

Preço: R\$ 2,00

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 8.549, DE 04 DE JUNHO DE 2008

Modifica dispositivos da Lei nº 4.273, de 21 de agosto de 1981, com a redação dada pela Lei nº 5.349, de 09 de janeiro de 1991.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA;

Faço saber que o Governador do Estado da Paraíba adotou a Medida Provisória nº 93 de 17 de abril de 2008; que a Assembléia Legislativa aprovou, e eu, Arthur Cunha Lima, Presidente da Mesa da Assembléia Legislativa, para os efeitos do disposto no art. 63, § 3º e art. 62, § 7º da Constituição Estadual, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 06/1994, combinado com o § 2º do art. 6º da Resolução nº 982/2005, **PROMULGO**, a seguinte Lei:

Art. 1º Os §§ 1º e 2º do artigo 1º da Lei nº 4.273, de 21 de agosto de 1981, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art.1º”.....
§ 1º O Quadro de Pessoal da Polícia Civil de Carreira, que integra o Grupo de Polícia Civil – GPC, encarregado das atividades de polícia judiciária, é composto pelos cargos constantes no Anexo II desta Lei.

§ 2º As categorias funcionais integrantes do Grupo Polícia Civil, que estarão sujeitas ao Regime Jurídico estabelecido nesta Lei, têm as progressões e as ascensões reguladas em legislação própria, respeitadas as vagas dispostas na forma do Anexo III desta Lei.

ANEXO II

Cargos que integram o Grupo Polícia Civil

Cargo	Símbolo	Quantidade
Delegado de Polícia Civil	GPC-601	600
Perito Criminal	GPC-602	300
Perito Médico Legal	GPC-604	200
Perito Odonto Legal	GPC-605	200
Perito Químico Legal	GPC-606	200
Agente de Investigação	GPC-608	4100
Papiloscopista Policial	GPC-609	200
Escrivão de Polícia	GPC-610	1600
Auxiliar de Perito	GPC-611	300
Motorista Policial	GPC-612	600
Agente de Telecomunicações Policial	GPC-613	600
Necrotomista Policial	GPC-616	200

Anexo III

Categorias Funcionais integrantes do Grupo Polícia Civil

Cargo	Símbolo	Classe	Nº de Vagas
Delegado de Polícia Civil	GPC-601	A	300
		B	150
		C	90
		Especial	60
Perito Criminal	GPC-602	A	150
		B	75
		C	45
		Especial	30
Perito Médico Legal	GPC-604	A	100
		B	50
		C	30
		Especial	20
Perito Odonto Legal	GPC-605	A	100
		B	50
		C	30
		Especial	20
Perito Químico Legal	GPC-606	A	100
		B	50
		C	30
		Especial	20
Agente de Investigação	GPC-608	A	2.050
		B	1.025
		C	615
		Especial	410
Papiloscopista Policial	GPC-609	A	100
		B	50
		C	30
		Especial	20
Escrivão de Polícia	GPC-610	A	800
		B	400

		C	240
		Especial	160
Auxiliar de Perito	GPC-611	A	150
		B	75
		C	45
		Especial	30
Motorista Policial	GPC-612	A	300
		B	150
		C	90
		Especial	60
Agente de Telecomunicações Policial	GPC-613	A	300
		B	150
		C	90
		Especial	60
Necrotomista Policial	GPC-616	A	100
		B	50
		C	30
		Especial	20

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, “Casa de Eptácio Pessoa”, João Pessoa, 04 de junho de 2008.

ARTHUR CUNHA LIMA
Presidente

LEI Nº 8.550, DE 04 DE JUNHO DE 2008

Altera os Anexos III e IV da Lei nº 8.447, de 02 de janeiro de 2008.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA;

Faço saber que o Governador do Estado da Paraíba adotou a Medida Provisória nº 94 de 23 de abril de 2008; que a Assembléia Legislativa aprovou, e eu, Arthur Cunha Lima, Presidente da Mesa da Assembléia Legislativa, para os efeitos do disposto no art. 63, § 3º e art. 62, § 7º da Constituição Estadual, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 06/1994, combinado com o § 2º do art. 6º da Resolução nº 982/2005, **PROMULGO**, a seguinte Lei:

Art. 1º Os Anexos III e IV da Lei nº 8.447, de 02 de janeiro de 2008, passam a vigor com a seguinte redação:

ANEXO III TABELA DE VALORES DE VENCIMENTO

Carreiras de Nível Superior	Classes	Níveis de Referência						
		I	II	III	IV	V	VI	VII
A	A	1.286,39	1.402,17	1.528,36	1.665,91	1.815,84	1.979,27	2.157,40
	B	1.672,31	1.822,81	1.986,87	2.165,69	2.360,60	2.573,05	2.804,63
	C	2.174,00	2.369,66	2.582,93	2.815,39	3.068,78	3.344,97	3.646,01

Carreiras de Nível Médio / Técnico	Classes	Níveis de Referência						
		I	II	III	IV	V	VI	VII
A	A	1.008,91	1.099,71	1.198,69	1.306,57	1.424,16	1.552,33	1.692,04
	B	1.311,58	1.429,63	1.558,29	1.698,54	1.851,41	2.018,03	2.199,66
	C	1.705,06	1.858,51	2.025,78	2.208,10	2.406,83	2.623,44	2.859,55

Carreiras de Nível Fundamental	Classes	Níveis de Referência						
		I	II	III	IV	V	VI	VII
A	A	576,80	628,71	685,30	746,97	814,20	887,48	967,35
	B	749,84	817,33	890,88	971,06	1.058,46	1.153,72	1.257,56
	C	974,79	1.062,52	1.158,15	1.262,38	1.376,00	1.499,84	1.634,82

ANEXO IV CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DA CEHAP

Cargo	Símbolo	Vencimento em R\$	Representação em R\$	Total em R\$	Quantidade
Diretor Presidente da Companhia Estadual de Habitação Popular	CDSI - 2	3.915,00	3.915,00	7.830,00	01
Secretario da Presidência da CEHAP	CSEI - 1	500,00	500,00	1.000,00	01
Secretario Auxiliar da Presidência da CEHAP	CSEI - 2	400,00	400,00	800,00	02
Agente Condutor de Veículos da Presidência da CEHAP	CSEI - 2	400,00	400,00	800,00	01
Coordenador da Assessoria Jurídica da CEHAP	CADI - 1	1.000,00	1.000,00	2.000,00	01
Assessor Jurídico da Assessoria Jurídica Administrativa da CEHAP	CADI - 3	750,00	750,00	1.500,00	03
Assessor Jurídico da Assessoria Jurídica de Contencioso da CEHAP	CADI - 3	750,00	750,00	1.500,00	03
Assessor Técnico da Assessoria Técnica da CEHAP	CADI - 3	750,00	750,00	1.500,00	09
Diretor de Administração e Finanças da CEHAP	CDSI - 3	2.900,00	2.900,00	5.800,00	01
Secretario da Diretoria de Administração e Finanças da CEHAP	CSEI - 2	400,00	400,00	800,00	01

Agente Conductor de Veículos da Diretoria de Administração e Finanças da CEHAP	CSEI - 3	350,00	350,00	700,00	01
Gerente de Administração da CEHAP	CGII - 1	1.000,00	1.000,00	2.000,00	01
Subgerente de Recursos Humanos da CEHAP	CGII - 2	700,00	700,00	1.400,00	01
Subgerente de Material e Patrimônio da CEHAP	CGII - 2	700,00	700,00	1.400,00	01
Subgerente de Serviços Gerais da CEHAP	CGII - 2	700,00	700,00	1.400,00	01
Subgerente de Tecnologia da Informação da CEHAP	CGII - 2	700,00	700,00	1.400,00	01
Gerente de Finanças da CEHAP	CGII - 1	1.000,00	1.000,00	2.000,00	01
Assessor Técnico da Área Instrumental da CEHAP	CATI - 1	600,00	600,00	1.200,00	07
Assistente Administrativo da CEHAP	CSEI - 4	300,00	300,00	600,00	14
Agente Operacional da CEHAP	CSEI - 5	190,00	190,00	380,00	10
Diretor Técnico da CEHAP	CDSI - 3	2.900,00	2.900,00	5.800,00	01
Secretário da Diretoria Técnica da CEHAP	CSEI - 2	400,00	400,00	800,00	01
Agente Conductor de Veículos da Diretoria Técnica da CEHAP	CSEI - 3	350,00	350,00	700,00	01
Assessor Técnico da Área Finalística da CEHAP	CATI - 1	600,00	600,00	1.200,00	14
Gerente Executivo de Produção da CEHAP	CGFI - 1	1.000,00	1.000,00	2.000,00	01
Gerente Operacional de Imóveis da CEHAP	CGFI - 2	700,00	700,00	1.400,00	01
Gerente Operacional de Projetos da CEHAP	CGFI - 2	700,00	700,00	1.400,00	01
Gerente Operacional de Fiscalização de Obras da CEHAP	CGFI - 2	700,00	700,00	1.400,00	01
Gerente Operacional de Acompanhamento de Contratos da CEHAP	CGFI - 2	700,00	700,00	1.400,00	01
Gerente Operacional de Comercialização Imobiliária da CEHAP	CGFI - 2	700,00	700,00	1.400,00	01
Gerente Operacional de Gestão de Créditos Imobiliários da CEHAP	CGFI - 2	700,00	700,00	1.400,00	01
Gerente Operacional de Arrecadação e Controle da CEHAP	CGFI - 2	700,00	700,00	1.400,00	01
Gerente Operacional de Amortização e Liquidação da CEHAP	CGFI - 2	700,00	700,00	1.400,00	01
Gerente Regional da CEHAP em Campina Grande	CGII - 1	1.000,00	1.000,00	2.000,00	01

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, "Casa de Eptácio Pessoa", João Pessoa, 04 de junho de 2008.


ARTHUR CUNHA LIMA
Presidente

LEI Nº 8.551, DE 04 DE JUNHO DE 2008

Altera dispositivos da Lei nº 7.376, de 11 de agosto de 2003.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA

PARAÍBA;

Faço saber que o Governador do Estado da Paraíba adotou a Medida Provisória nº 95 de 28 de abril de 2008; que a Assembléia Legislativa aprovou, e eu, Arthur Cunha Lima, Presidente da Mesa da Assembléia Legislativa, para os efeitos do disposto no art. 63, § 3º e art. 62, § 7º da Constituição Estadual, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 06/1994, combinado com o § 2º do art. 6º da Resolução nº 982/2005, PROMULGO, a seguinte Lei:

Art. 1º O Art. 8º da Lei nº 7.376, de 11 de agosto de 2003, passa a vigor com a redação abaixo especificada:

“Art.8º

I -

II - Classe B - Para os portadores de cursos de graduação na área específica do cargo e ainda:

a) Para os Médicos e Cirurgiões Dentistas: certificado de conclusão de Residência Médica ou Odontológica ou Título de Especialista, devidamente reconhecidos pelos respectivos conselhos de classe;

b) Para os demais profissionais de Nível Superior: Curso de Especialização com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas;

III -

IV -

Parágrafo único.”

Art. 2º O Anexo V da Lei nº 7.376, de 11 de agosto de 2003, passa a ter vigência a partir de 1º de abril de 2008, com a seguinte redação:



GOVERNO DO ESTADO
Governador Cássio Cunha Lima

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

A UNIÃO Superintendência de Imprensa e Editora
BR 101 - Km 03 - Distrito Industrial - João Pessoa-PB - CEP 58082-010

JOSÉ ITAMAR DA ROCHA CÂNDIDO
SUPERINTENDENTE

RONALDO SÉRGIO GUERRA DOMINONI
DIRETOR ADMINISTRATIVO

GEVALDO CARVALHO
DIRETOR TÉCNICO

FRED KENNEDY DE A. MENEZES
DIRETOR DE OPERAÇÕES

 **DIÁRIO OFICIAL**

Editor: Walter de Souza

Fones: 218-6521/218-6526/218-6533 - E-mail: diariooficial@auniao.pb.gov.br

Assinatura: (83) 218-6518

Anual R\$ 400,00
Semestral R\$ 200,00
Número Atrasado R\$ 3,00

ANEXO V
Tabelas de Vencimento

Nível Superior

	I	II	III	IV	V	VI	VII
CLASSE A	594,97	624,72	654,47	684,22	713,96	743,71	773,46
CLASSE B	713,96	749,66	785,36	821,06	856,76	892,46	928,16
CLASSE C	743,71	780,89	818,08	855,26	892,46	929,64	966,83
CLASSE D	773,46	812,13	850,80	889,47	928,16	966,83	1.005,50

Nível Médio

	I	II	III	IV	V	VI	VII
CLASSE ÚNICA	417,80	438,69	459,58	480,47	501,36	522,25	543,14

Nível Básico

	I	II	III	IV	V	VI	VII
CLASSE ÚNICA	396,91	416,76	436,60	456,44	476,29	496,13	515,98

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, "Casa de Eptácio Pessoa", João Pessoa, 04 de junho de 2008.


ARTHUR CUNHA LIMA
Presidente

LEI Nº 8.552, DE 04 DE JUNHO 2008

Dispõe sobre os valores do soldo e da Gratificação de Habilitação Policial Militar devidos aos integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado da Paraíba.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA

PARAÍBA;

Faço saber que o Governador do Estado da Paraíba adotou a Medida Provisória nº 96 de 28 de abril de 2008; que a Assembléia Legislativa aprovou, e eu, Arthur Cunha Lima, Presidente da Mesa da Assembléia Legislativa, para os efeitos do disposto no art. 63, § 3º e art. 62, § 7º da Constituição Estadual, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 06/1994, combinado com o § 2º do art. 6º da Resolução nº 982/2005, PROMULGO, a seguinte Lei:

Art. 1º Os valores do Soldo e da Gratificação de Habilitação Policial Militar devidos, a partir de 1º de abril de 2008, aos integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado da Paraíba são os constantes nos Anexos I e II desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, "Casa de Eptácio Pessoa", João Pessoa, 04 de junho de 2008.


ARTHUR CUNHA LIMA
Presidente

ANEXO I
Tabela do Soldo

Posto ou Graduação	Valores em R\$
Coronel	1.316,07
Ten. Coronel	1.223,94
Major	1.131,82
Capitão	1.039,69
1º Tenente	947,57
2º Tenente	855,44
Aspirante	750,15
Subtenente	750,15
1º Sargento	658,03
2º Sargento	565,91
3º Sargento	473,78
Cabo	412,57
Soldado	396,91

ANEXO II
Tabela da Gratificação de Habilitação Policial Militar

Posto ou Graduação	Valores em R\$
Coronel	1.316,07
Ten. Coronel	1.223,94
Major	1.131,82
Capitão	1.039,69
1º Tenente	947,57
2º Tenente	855,44
Aspirante	750,15
Subtenente	750,15
1º Sargento	658,03
2º Sargento	565,91
3º Sargento	473,78
Cabo	412,57
Soldado	396,91

LEI Nº 8.553, DE 04 DE JUNHO DE 2008

Dispõe sobre os valores do vencimento e da Gratificação de Risco de Vida devidos aos integrantes da Polícia Civil do Estado da Paraíba.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA

PARAÍBA;

Faço saber que o Governador do Estado da Paraíba adotou a Medida Provisória nº 97 de 28 de abril de 2008; que a Assembléia Legislativa aprovou, e eu, Arthur Cunha Lima, Presidente da Mesa da Assembléia Legislativa, para os efeitos do disposto no art. 63, § 3º e art. 62, § 7º da Constituição Estadual, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 06/1994, combinado com o § 2º do art. 6º da Resolução nº 982/2005, PROMULGO, a seguinte Lei:

Art. 1º Os valores do vencimento e da Gratificação de Risco de Vida devidos, a partir de 1º de abril de 2008, aos integrantes da Polícia Civil do Estado da Paraíba são os constantes nos Anexos I e II desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, "Casa de Eptácio Pessoa", João Pessoa, 04 de junho de 2008.


ARTHUR CUNHA LIMA
Presidente

ANEXO I
Tabela de Vencimento

Cargo	Símbolo	Classe	Valores em R\$
Delegado de Polícia Civil	GPC-601	A	965,23
		B	1.061,79
		C	1.168,03
		Especial	1.284,80
Perito Criminal	GPC-602	A	965,23
		B	1.061,79
		C	1.168,03
		Especial	1.284,80
Perito Médico Legal	GPC-604	A	965,23
		B	1.061,79
		C	1.168,03
		Especial	1.284,80
Perito Odonto Legal	GPC-605	A	965,23
		B	1.061,79
		C	1.168,03
		Especial	1.284,80
Perito Químico Legal	GPC-606	A	965,23
		B	1.061,79
		C	1.168,03
		Especial	1.284,80
Agente de Investigação	GPC-608	A	482,57
		B	531,66
		C	583,97
		Especial	642,36
Papiloscopista	GPC-609	A	482,57
		B	531,66
		C	583,97
		Especial	642,36
Escrivão de Polícia	GPC-610	A	482,57
		B	531,66
		C	583,97
		Especial	642,36
Auxiliar de Perito	GPC-611	A	482,57
		B	531,66
		C	583,97
		Especial	642,36
Motorista Policial	GPC-612	A	396,91
		B	396,91
		C	396,91
		Especial	396,91
Agente de Telecomunicações Policial	GPC-613	A	482,57
		B	531,66
		C	583,97
		Especial	642,36
Necrotomista Policial	GPC-616	A	482,57
		B	531,66
		C	583,97
		Especial	642,36

ANEXO II
Tabela da Gratificação de Risco de Vida

Cargo	Símbolo	Classe	Valores em R\$
Delegado de Polícia Civil	GPC-601	A	482,62
		B	530,90
		C	584,02
		Especial	642,40
Perito Criminal	GPC-602	A	482,62
		B	530,90
		C	584,02
		Especial	642,40
Perito Médico Legal	GPC-604	A	482,62
		B	530,90
		C	584,02
		Especial	642,40
Perito Odonto Legal	GPC-605	A	482,62
		B	530,90
		C	584,02
		Especial	642,40
Perito Químico Legal	GPC-606	A	482,62
		B	530,90
		C	584,02
		Especial	642,40
Agente de Investigação	GPC-608	A	241,29
		B	265,83
		C	291,99
		Especial	321,18
Papiloscopista	GPC-609	A	241,29
		B	265,83
		C	291,99
		Especial	321,18

Escrivão de Polícia	GPC-610	A	241,29
		B	265,83
		C	291,99
		Especial	321,18
Auxiliar de Perito	GPC-611	A	241,29
		B	265,83
		C	291,99
		Especial	321,18
Motorista Policial	GPC-612	A	198,46
		B	198,46
		C	198,46
		Especial	198,46
Agente de Telecomunicações Policial	GPC-613	A	241,29
		B	265,83
		C	291,99
		Especial	321,18
Necrotomista Policial	GPC-616	A	241,29
		B	265,83
		C	291,99
		Especial	321,18

LEI Nº 8.554, DE 04 DE JUNHO DE 2008

Dispõe sobre os valores do vencimento e da Gratificação de Risco de Vida dos integrantes do Grupo Ocupacional Apoio Judiciário.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA;

Faço saber que o Governador do Estado da Paraíba adotou a Medida Provisória nº 98 de 28 de abril de 2008; que a Assembléia Legislativa aprovou, e eu, Arthur Cunha Lima, Presidente da Mesa da Assembléia Legislativa, para os efeitos do disposto no art. 63, § 3º e art. 62, § 7º da Constituição Estadual, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 06/1994, combinado com o § 2º do art. 6º da Resolução nº 982/2005, PROMULGO, a seguinte Lei:

Art. 1º Os valores do vencimento e da Gratificação de Risco de Vida dos integrantes do Grupo Ocupacional Apoio Judiciário, a partir de 1º de abril de 2008, são os constantes nos Anexos I e II desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, "Casa de Eptácio Pessoa", João Pessoa, 04 de junho de 2008.


ARTHUR CUNHA LIMA
Presidente

ANEXO I
Tabela de Vencimento

Categoria	Classe	Valores em R\$
Agente de Segurança Penitenciária	A	482,57
	B	531,66
	C	583,97
Técnico Penitenciário	A	965,23
	B	1.061,79
	C	1.168,03

ANEXO II
Tabela da Gratificação de Risco de Vida

Categoria	Classe	Valores em R\$
Agente de Segurança Penitenciária	A	241,29
	B	265,83
	C	291,99
Técnico Penitenciário	A	482,62
	B	530,90
	C	584,02

LEI Nº 8.555, DE 04 DE JUNHO DE 2008

Dispõe sobre alteração nos Anexos I, II e III da Lei nº 7.419, de 15 de outubro de 2003 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA;

Faço saber que o Governador do Estado da Paraíba adotou a Medida Provisória nº 99 de 16 de maio de 2008; que a Assembléia Legislativa aprovou, e eu, Arthur Cunha Lima, Presidente da Mesa da Assembléia Legislativa, para os efeitos do disposto no art. 63, § 3º e art. 62, § 7º da Constituição Estadual, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 06/1994, combinado com o § 2º do art. 6º da Resolução nº 982/2005, PROMULGO, a seguinte Lei:

Art. 1º Os Anexos I, II e III da Lei nº 7.419, de 15 de outubro de 2003, passam a vigor com a redação, os valores e as vigências abaixo mencionados:

ANEXO I
TABELA DE VENCIMENTOS COM VIGÊNCIA
EM MAIO DE 2008

	I	II	III	IV	V	VI	VII
CLASSE A	454,88	477,61	500,36	523,11	545,86	568,59	591,34
CLASSE B	523,11	549,26	575,42	601,57	627,72	653,89	680,05
CLASSE C	545,86	573,14	600,44	627,72	655,02	682,32	709,61
CLASSE D	568,59	597,03	625,46	653,89	682,32	710,74	739,19
CLASSE E	591,34	620,91	650,47	680,05	709,61	739,19	768,75

ANEXO II
TABELA DE GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO À DOCÊNCIA (GED)
COM VIGÊNCIA EM MAIO DE 2008

	I	II	III	IV	V	VI	VII
CLASSE A	181,95	191,05	200,14	209,24	218,34	227,44	236,54
CLASSE B	209,24	219,70	230,17	240,63	251,09	261,56	272,02
CLASSE C	218,34	229,26	240,17	251,09	262,01	272,93	283,84
CLASSE D	227,44	238,81	250,18	261,56	272,93	284,30	295,67
CLASSE E	236,54	248,36	260,19	272,02	283,84	295,67	307,50

ANEXO III
TABELA DE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS (GEAP)
COM VIGÊNCIA EM MAIO DE 2008

	I	II	III	IV	V	VI	VII
CLASSE B	209,24	219,70	230,17	240,63	251,09	261,56	272,02
CLASSE C	218,34	229,26	240,17	251,09	262,01	272,93	283,84
CLASSE D	227,44	238,81	250,18	261,56	272,93	284,30	295,67
CLASSE E	236,54	248,36	260,19	272,02	283,84	295,67	307,50

ANEXO I
TABELA DE VENCIMENTOS COM VIGÊNCIA A PARTIR
DE 15 DE OUTUBRO DE 2008

	I	II	III	IV	V	VI	VII
CLASSE A	454,88	477,61	500,36	523,11	545,86	568,59	591,34
CLASSE B	545,85	573,14	600,43	627,73	655,03	682,31	709,61
CLASSE C	568,60	597,02	625,45	653,89	682,32	710,74	739,18
CLASSE D	591,34	620,90	650,47	680,04	709,61	739,17	768,74
CLASSE E	614,09	644,78	675,49	706,20	736,91	767,60	798,31

ANEXO II
TABELA DE GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO À DOCÊNCIA (GED)
COM VIGÊNCIA A PARTIR DE 15 DE OUTUBRO DE 2008

	I	II	III	IV	V	VI	VII
CLASSE A	181,95	191,05	200,14	209,24	218,34	227,44	236,54
CLASSE B	218,34	229,26	240,17	251,09	262,01	272,93	283,84
CLASSE C	227,44	238,81	250,18	261,55	272,93	284,30	295,67
CLASSE D	236,54	248,36	260,19	272,02	283,85	295,67	307,50
CLASSE E	245,63	257,91	270,20	282,48	294,76	307,04	319,32

ANEXO III
TABELA DE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS (GEAP)
COM VIGÊNCIA A PARTIR DE 15 DE OUTUBRO DE 2008

	I	II	III	IV	V	VI	VII
CLASSE B	218,34	229,26	240,17	251,09	262,01	272,93	283,84
CLASSE C	227,44	238,81	250,18	261,55	272,93	284,30	295,67
CLASSE D	236,54	248,36	260,19	272,02	283,85	295,67	307,50
CLASSE E	245,63	257,91	270,20	282,48	294,76	307,04	319,32

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, "Casa de Epitácio Pessoa",
João Pessoa, 04 de junho de 2008.


ARTHUR CUNHA LIMA
Presidente

LEI Nº 8.556, DE 04 DE JUNHO DE 2008

Dispõe sobre alteração no Anexo V da Lei nº 7.376, de 11 de agosto de 2003, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA;

Faço saber que o Governador do Estado da Paraíba adotou a Medida Provisória nº 100 de 16 de maio de 2008; que a Assembléia Legislativa aprovou, e eu, Arthur Cunha Lima, Presidente da Mesa da Assembléia Legislativa, para os efeitos do disposto no art. 63, § 3º e art. 62, § 7º da Constituição Estadual, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 06/1994, combinado com o § 2º do art. 6º da Resolução nº 982/2005, **PROMULGO**, a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo V da Lei nº 7.376, de 11 de agosto de 2003, passa a vigor com a redação, os valores e as vigências abaixo mencionados:

ANEXO V
Tabelas de Vencimento
com vigência a partir de maio de 2008

Nível Superior

	I	II	III	IV	V	VI	VII
CLASSE A	622,10	653,20	684,31	715,41	746,52	777,62	808,73
CLASSE B	746,51	783,84	821,16	858,49	895,81	933,14	970,47
CLASSE C	777,62	816,50	855,38	894,26	933,14	972,02	1.010,90
CLASSE D	808,72	849,15	889,59	930,03	970,46	1.010,90	1.051,33

Nível Médio

	I	II	III	IV	V	VI	VII
CLASSE ÚNICA	436,84	458,69	480,53	502,37	524,21	546,06	567,90

Nível Básico

	I	II	III	IV	V	VI	VII
CLASSE ÚNICA	415,00	435,75	456,50	477,25	498,00	518,75	539,50

ANEXO V
Tabelas de Vencimento
com vigência a partir de outubro de 2008

Nível Superior

	I	II	III	IV	V	VI	VII
CLASSE A	649,78	682,26	714,75	747,24	779,73	812,22	844,71
CLASSE B	818,84	859,79	900,73	941,67	982,61	1.023,55	1.064,50
CLASSE C	941,67	988,75	1.035,84	1.082,92	1.130,00	1.177,09	1.224,17
CLASSE D	1.082,92	1.137,07	1.191,21	1.245,36	1.299,50	1.353,65	1.407,80

Nível Médio

	I	II	III	IV	V	VI	VII
CLASSE ÚNICA	436,84	458,68	480,52	502,37	524,21	546,05	567,89

Nível Básico

	I	II	III	IV	V	VI	VII
CLASSE ÚNICA	415,00	435,75	456,50	477,25	498,00	518,75	539,50

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, "Casa de Epitácio Pessoa", João Pessoa, 04 de junho de 2008.


ARTHUR CUNHA LIMA
Presidente

LEI Nº 8.557, DE 04 DE JUNHO DE 2008

Dispõe sobre a remuneração dos integrantes da Carreira de Defensor Público do Estado da Paraíba.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA;

Faço saber que o Governador do Estado da Paraíba adotou a Medida Provisória nº 101 de 16 de maio de 2008; que a Assembléia Legislativa aprovou, e eu, Arthur Cunha Lima, Presidente da Mesa da Assembléia Legislativa, para os efeitos do disposto no art. 63, § 3º e art. 62, § 7º da Constituição Estadual, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 06/1994, combinado com o § 2º do art. 6º da Resolução nº 982/2005, **PROMULGO**, a seguinte Lei:

Art. 1º O vencimento e a remuneração dos servidores ocupantes dos cargos de Defensor Público do Estado da Paraíba, observando o disposto nas Leis Complementares nºs 39/2002 e 50/2003, são definidos nesta Lei.

Art. 2º Para fins desta Lei, considera-se:

I – Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei;

II – Remuneração é o vencimento do cargo acrescido das vantagens pecuniárias estabelecidas em lei.

Art. 3º Compõem a remuneração do ocupante do cargo de Defensor Público do Estado da Paraíba:

I – Vencimento;

II – Representação

III – Gratificação de Assistência Judiciária, definida nos termos desta Lei;

IV – Outras vantagens concedidas por Lei.

Art. 4º Os valores do Vencimento, da Representação e da Gratificação de Assistência Judiciária dos ocupantes dos cargos de Defensor Público passam a ser os definidos nos Anexos I, II e III desta Lei.

Art. 5º A Gratificação de Assistência Judiciária a que se refere o inciso III do Art. 3º desta Lei é devida aos Defensores Públicos ativos com exercício no âmbito da Defensoria Pública e aos servidores inativos e pensionistas pertencentes à Carreira de Defensor Público.

§ 1º O Defensor Público ativo afastado de suas funções ou posto à disposição de órgão estranho à Defensoria Pública não fará jus à percepção da Gratificação de Assistência Judiciária.

§ 2º Excetuem-se do disposto no parágrafo anterior os afastamentos considerados, estatutariamente, de efetivo exercício e as requisições para a Justiça Eleitoral.

Art. 6º A Gratificação de Assistência Judiciária substitui a Gratificação de Atividades Especiais de que trata a Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2008, paga aos servidores integrantes da carreira de Defensor Público.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, "Casa de Epitácio Pessoa", João Pessoa, 04 de junho de 2008.


ARTHUR CUNHA LIMA
Presidente

ANEXO I
Tabela de Vencimento

CARGO	VALOR
Defensor Público de 1ª Entrância	628,99
Defensor Público de 2ª Entrância	691,88
Defensor Público de 3ª Entrância	762,03
Defensor Público Especial	837,16

ANEXO II
Tabela de Representação

CARGO	VALOR
Defensor Público de 1ª Entrância	1.198,08
Defensor Público de 2ª Entrância	1.317,88
Defensor Público de 3ª Entrância	1.451,50
Defensor Público Especial	1.594,60

ANEXO III
Tabela de Gratificação de Assistência Judiciária

CARGO	VALOR
Defensor Público de 1ª Entrância	1.606,31
Defensor Público de 2ª Entrância	1.747,57
Defensor Público de 3ª Entrância	1.900,79
Defensor Público Especial	2.066,95

LEI Nº 8558, DE 04 DE JUNHO DE 2008

Dispõe sobre o vencimento e a remuneração dos integrantes da Polícia Civil e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA;

Faço saber que o Governador do Estado da Paraíba adotou a Medida Provisória nº 102 de 16 de maio de 2008; que a Assembléia Legislativa aprovou, e eu, Arthur Cunha Lima, Presidente da Mesa da Assembléia Legislativa, para os efeitos do disposto no art. 63, § 3º e art. 62, § 7º da Constituição Estadual, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 06/1994, combinado com o § 2º do art. 6º da Resolução nº 982/2005, **PROMULGO**, a seguinte Lei:

Art. 1º O vencimento e a remuneração dos servidores integrantes da Polícia Civil são definidos nesta Lei.

Art. 2º Para fins desta Lei, considera-se:

I – Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei;

II – Remuneração é o vencimento do cargo acrescido das vantagens pecuniárias estabelecidas em lei.

Art. 3º Compõem a remuneração do servidor Policial Civil:

I – Vencimento;

II – Gratificação de Risco de Vida

III – Outras vantagens concedidas por Lei.

Art. 4º Os valores do Vencimento e da Gratificação de Risco de Vida dos servidores integrantes da Polícia Civil passam a ter valores e vigências definidas nos Anexos I, V e VIII e II, VI e IX, respectivamente, desta Lei.

Art. 5º A Gratificação de Risco de Vida, é devida ao integrante do Grupo Polícia Civil que desempenhe as funções de polícia judiciária.

§ 1º O servidor policial civil afastado de suas funções ou posto à disposição de

órgão estranho à Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social não fará jus à percepção da Gratificação de Risco de Vida.

§ 2º Excetuam-se do disposto no parágrafo anterior os afastamentos considerados, estatutariamente, de efetivo exercício, as requisições para a Justiça Eleitoral e as designações para servir junto à Governadoria.

§ 3º Passam a integrar a Gratificação de Risco de Vida as Gratificações de Atividades Especiais de que trata a Lei nº 4.713, de 20 de junho de 1985, e os Decretos nºs 12.644, de 08 de agosto de 1988, e 13.021, de 29 de março de 1989, extintas por esta Lei.

Art. 6º Os Delegados designados para o comando de Delegacias Especializadas, Distritais e Municipais ou convocados para funções de assessoramento à direção superior e comando de gerências de áreas finalísticas da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social farão jus ao Adicional de Representação previsto no artigo 57 da Lei Complementar nº 58, inciso XIV, de 30 de dezembro de 2003, na forma definida nos Anexos III, VII e X desta Lei.

Parágrafo único. Não farão jus ao Adicional de que trata o caput deste artigo os servidores integrantes do Grupo GPC-600 colocados à disposição de outros órgãos ou esferas de Governo ou com exercício em áreas não definidas no caput do artigo.

Art. 7º Será atribuída a Gratificação de Atividade Especial, prevista no inciso VII do Art. 57 da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, aos servidores das Categorias de Nível Médio, Apoio Técnico e Apoio Policial do Grupo GPC-600 designados, mediante portaria do Secretário de Estado da Segurança e da Defesa Social, para o desempenho de operações especiais e de serviços de inteligência.

Parágrafo único. Os valores das gratificações de que trata o caput deste artigo são os definidos nos Anexos IV.

Art. 8º Os servidores do Grupo GPC-600 integrantes das Categorias GPC-602 a GPC-606, GPC-609, GPC-611 e GPC-616, designados mediante portaria do Secretário de Estado da Segurança e da Defesa Social, para prestar serviço em regime de plantão extraordinário, farão jus à percepção dos seguintes valores:

I – R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por cada plantão para os integrantes das categorias GPC-602, GPC-604, GPC-605 e GPC-606, e

II – R\$ 100,00 (cem reais) por cada plantão para os integrantes das categorias GPC-609, GPC-611, GPC-616.

Parágrafo único. Os plantões de que trata o caput do artigo ficam limitados a 8 (oito) plantões por mês.

Art. 9º Ficam revogados o Art. 2º da Lei nº 7.164, de 02 de outubro de 2002, e os Decretos nºs 12.644, de 08 de agosto de 1988, e 13.021 de 29 de março de 1989, bem como as demais disposições em contrário.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, "Casa de Epitácio Pessoa", João Pessoa, 04 de junho de 2008.


ARTHUR CUNHA LIMA
Presidente

ANEXO I
Tabela de Vencimento do Grupo Polícia Civil
com vigência no exercício de 2008

Cargo	Símbolo	Classe	Valores	
			Vigência Maio/2008	Vigência Dezembro 2008
Delegado de Polícia Civil	GPC-601	A	1.009,24	1.413,32
		B	1.110,20	1.514,28
		C	1.221,27	1.625,36
		Especial	1.343,38	1.747,46
Perito Criminal	GPC-602	A	1.009,24	1.413,32
		B	1.110,20	1.514,28
		C	1.221,27	1.625,36
		Especial	1.343,38	1.747,46
Perito Médico Legal	GPC-604	A	1.009,24	1.413,32
		B	1.110,20	1.514,28
		C	1.221,27	1.625,36
		Especial	1.343,38	1.747,46
Perito Odonto Legal	GPC-605	A	1.009,24	1.413,32
		B	1.110,20	1.514,28
		C	1.221,27	1.625,36
		Especial	1.343,38	1.747,46
Perito Químico Legal	GPC-606	A	1.009,24	1.413,32
		B	1.110,20	1.514,28
		C	1.221,27	1.625,36
		Especial	1.343,38	1.747,46
Agente de Investigação	GPC-608	A	504,58	578,84
		B	555,90	636,72
		C	610,60	700,59
		Especial	671,65	770,60
Papiloscopista	GPC-609	A	504,58	578,84
		B	555,90	636,72
		C	610,60	700,59
		Especial	671,65	770,60
Escrivão de Polícia	GPC-610	A	504,58	578,84
		B	555,90	636,72
		C	610,60	700,59
		Especial	671,65	770,60
Auxiliar de Perito	GPC-611	A	504,58	578,84
		B	555,90	636,72
		C	610,60	700,59
		Especial	671,65	770,60
Motorista Policial	GPC-612	A	415,00	496,91
		B	456,50	546,60
		C	502,15	601,26
		Especial	552,37	661,39
Agente de Telecomunicações Policial	GPC-613	A	504,58	578,84
		B	555,90	636,72
		C	610,60	700,59
		Especial	671,65	770,60

Necrotomista Policial	GPC-616	A	504,58	578,84
		B	555,90	636,72
		C	610,60	700,59
		Especial	671,65	770,60

ANEXO II
Tabela de Gratificação de Risco de Vida
com vigência a partir de maio de 2008

Cargo	Símbolo	Classe	Valores
Delegado de Polícia Civil	GPC-601	A	810,00
		B	891,04
		C	980,19
		Especial	1.078,17
Perito Criminal	GPC-602	A	810,00
		B	891,04
		C	980,19
		Especial	1.078,17
Perito Médico Legal	GPC-604	A	810,00
		B	891,04
		C	980,19
		Especial	1.078,17
Perito Odonto Legal	GPC-605	A	810,00
		B	891,04
		C	980,19
		Especial	1.078,17
Perito Químico Legal	GPC-606	A	810,00
		B	891,04
		C	980,19
		Especial	1.078,17
Agente de Investigação	GPC-608	A	670,96
		B	739,22
		C	811,94
		Especial	893,13
Papiloscopista	GPC-609	A	449,85
		B	477,38
		C	517,72
		Especial	568,84
Escrivão de Polícia	GPC-610	A	670,96
		B	739,22
		C	811,94
		Especial	893,13
Auxiliar de Perito	GPC-611	A	449,85
		B	477,38
		C	517,72
		Especial	568,84
Motorista Policial	GPC-612	A	386,66
		B	425,33
		C	467,86
		Especial	514,65
Agente de Telecomunicações Policial	GPC-613	A	449,85
		B	477,38
		C	517,72
		Especial	568,84
Necrotomista Policial	GPC-616	A	449,85
		B	477,38
		C	517,72
		Especial	568,84

ANEXO III
Tabela do Adicional de Representação
com vigência a partir de maio de 2008

Categoria	Classe	Valores
Delegado de Polícia Civil GPC-601	A	982,90
	B	1.092,11
	C	1.201,32
	Especial	1.747,38

ANEXO IV
Tabela de Gratificação de Atividade Especial
com vigência a partir de maio de 2008

Categorias	Classe	Valores	
		Capital	Interior
Servidores de Nível Médio, Apoio Técnico e Apoio Policial.	A	350,00	290,00
	B	385,00	319,00
	C	423,50	350,00
	Especial	465,85	386,00

ANEXO V
Tabela de Vencimento do Grupo Polícia Civil
com vigência no exercício de 2009

Cargo	Símbolo	Classe	Valores	
			Vigência Abril/2009	Vigência Setembro 2009
Delegado de Polícia Civil	GPC-601	A	1.973,89	2.581,13
		B	2.106,16	2.747,19
		C	2.249,03	2.924,37
		Especial	2.403,49	3.113,68
		A	1.973,89	2.581,13

Perito Criminal	GPC-602	B	2.106,16	2.747,19
		C	2.249,03	2.924,37
		Especial	2.403,49	3.113,68
Perito Médico Legal	GPC-604	A	1.973,89	2.581,13
		B	2.106,16	2.747,19
		C	2.249,03	2.924,37
Perito Odonto Legal	GPC-605	A	1.973,89	2.581,13
		B	2.106,16	2.747,19
		C	2.249,03	2.924,37
Perito Químico Legal	GPC-606	A	1.973,89	2.581,13
		B	2.106,16	2.747,19
		C	2.249,03	2.924,37
Agente de Investigação	GPC-608	A	712,01	855,11
		B	782,29	938,69
		C	861,61	1.034,63
Papiloscopista	GPC-609	A	712,01	855,11
		B	782,29	938,69
		C	861,61	1.034,63
Escrivão de Polícia	GPC-610	A	712,01	855,11
		B	782,29	938,69
		C	861,61	1.034,63
Auxiliar de Perito	GPC-611	A	712,01	855,11
		B	782,29	938,69
		C	861,61	1.034,63
Motorista Policial	GPC-612	A	634,01	781,80
		B	695,69	856,38
		C	765,34	942,18
Agente de Telecomunicações Policial	GPC-613	A	712,01	855,11
		B	782,29	938,69
		C	861,61	1.034,63
Necrotomista Policial	GPC-616	A	712,01	855,11
		B	782,29	938,69
		C	861,61	1.034,63
		Especial	947,15	1.136,84

ANEXO VI
Tabela de Gratificação de Risco de Vida
com vigência no exercício de 2009

Cargo	Símbolo	Classe	Valores	
			Vigência Abril/2009	Vigência Setembro 2009
Delegado de Polícia Civil	GPC-601	A	850,50	891,01
		B	935,59	980,14
		C	1.029,19	1.078,20
		Especial	1.132,08	1.185,99
Perito Criminal	GPC-602	A	850,50	891,01
		B	935,59	980,14
		C	1.029,19	1.078,20
		Especial	1.132,08	1.185,99
Perito Médico Legal	GPC-604	A	850,50	891,01
		B	935,59	980,14
		C	1.029,19	1.078,20
		Especial	1.132,08	1.185,99
Perito Odonto Legal	GPC-605	A	850,50	891,01
		B	935,59	980,14
		C	1.029,19	1.078,20
		Especial	1.132,08	1.185,99
Perito Químico Legal	GPC-606	A	850,50	891,01
		B	935,59	980,14
		C	1.029,19	1.078,20
		Especial	1.132,08	1.185,99
Agente de Investigação	GPC-608	A	704,51	738,06
		B	776,18	813,14
		C	852,54	893,14
		Especial	937,79	982,44
Papiloscopista	GPC-609	A	472,34	494,84
		B	501,25	525,12
		C	543,60	569,49
		Especial	597,28	625,72
Escrivão de Polícia	GPC-610	A	704,51	738,06
		B	776,18	813,14
		C	852,54	893,14
		Especial	937,79	982,44
Auxiliar de Perito	GPC-611	A	472,34	494,84
		B	501,25	525,12
		C	543,60	569,49

Motorista Policial	GPC-612	Especial	597,28	625,72
		A	405,99	425,33
		B	446,59	467,86
Agente de Telecomunicações Policial	GPC-613	C	491,25	514,65
		Especial	540,38	566,11
		A	472,34	494,84
Necrotomista Policial	GPC-616	B	501,25	525,12
		C	543,60	569,49
		Especial	597,28	625,72

ANEXO VII
Tabela do Adicional de Representação
com vigência no exercício de 2009

Categoria	Classe	Valores	
		Vigência Abril/2009	Vigência Setembro 2009
Delegado de Polícia Civil GPC-601	A	1.032,04	1.081,19
	B	1.146,72	1.201,32
	C	1.261,39	1.321,45
	Especial	1.834,74	1.922,11

ANEXO VIII
Tabela de Vencimento do Grupo Polícia Civil
com vigência no exercício de 2010

Cargo	Símbolo	Classe	Valores	
			Vigência Abril/2010	Vigência Setembro 2010
Delegado de Polícia Civil	GPC-601	A	3.249,08	3.968,36
		B	3.452,33	4.211,54
		C	3.667,24	4.466,93
		Especial	3.894,89	4.735,67
Perito Criminal	GPC-602	A	3.249,08	3.968,36
		B	3.452,33	4.211,54
		C	3.667,24	4.466,93
		Especial	3.894,89	4.735,67
Perito Médico Legal	GPC-604	A	3.249,08	3.968,36
		B	3.452,33	4.211,54
		C	3.667,24	4.466,93
		Especial	3.894,89	4.735,67
Perito Odonto Legal	GPC-605	A	3.249,08	3.968,36
		B	3.452,33	4.211,54
		C	3.667,24	4.466,93
		Especial	3.894,89	4.735,67
Perito Químico Legal	GPC-606	A	3.249,08	3.968,36
		B	3.452,33	4.211,54
		C	3.667,24	4.466,93
		Especial	3.894,89	4.735,67
Agente de Investigação	GPC-608	A	1.012,51	1.180,83
		B	1.110,73	1.294,68
		C	1.224,95	1.428,47
		Especial	1.345,50	1.568,62
Papiloscopista	GPC-609	A	1.012,51	1.180,83
		B	1.110,73	1.294,68
		C	1.224,95	1.428,47
		Especial	1.345,50	1.568,62
Escrivão de Polícia	GPC-610	A	1.012,51	1.180,83
		B	1.110,73	1.294,68
		C	1.224,95	1.428,47
		Especial	1.345,50	1.568,62
Auxiliar de Perito	GPC-611	A	1.012,51	1.180,83
		B	1.110,73	1.294,68
		C	1.224,95	1.428,47
		Especial	1.345,50	1.568,62
Motorista Policial	GPC-612	A	944,37	1.118,70
		B	1.033,13	1.222,64
		C	1.136,71	1.345,28
		Especial	1.245,85	1.473,47
Agente de Telecomunicações Policial	GPC-613	A	1.012,51	1.180,83
		B	1.110,73	1.294,68
		C	1.224,95	1.428,47
		Especial	1.345,50	1.568,62
Necrotomista Policial	GPC-616	A	1.012,51	1.180,83
		B	1.110,73	1.294,68
		C	1.224,95	1.428,47
		Especial	1.345,50	1.568,62

ANEXO IX
Tabela de Gratificação de Risco de Vida
com vigência no exercício de 2010

Cargo	Símbolo	Classe	Valores	
			Vigência Abril/2010	Vigência Setembro 2010
Delegado de Polícia Civil	GPC-601	A	935,56	980,11
		B	1.029,15	1.078,15
		C	1.132,11	1.186,02

		Especial	1.245,29	1.304,59
Perito Criminal	GPC-602	A	935,56	980,11
		B	1.029,15	1.078,15
		C	1.132,11	1.186,02
		Especial	1.245,29	1.304,59
Perito Médico Legal	GPC-604	A	935,56	980,11
		B	1.029,15	1.078,15
		C	1.132,11	1.186,02
		Especial	1.245,29	1.304,59
Perito Odonto Legal	GPC-605	A	935,56	980,11
		B	1.029,15	1.078,15
		C	1.132,11	1.186,02
		Especial	1.245,29	1.304,59
Perito Químico Legal	GPC-606	A	935,56	980,11
		B	1.029,15	1.078,15
		C	1.132,11	1.186,02
		Especial	1.245,29	1.304,59
Agente de Investigação	GPC-608	A	774,96	811,86
		B	853,79	894,45
		C	937,79	982,45
		Especial	1.031,57	1.080,69
Papiloscopista	GPC-609	A	519,58	544,32
		B	551,38	577,63
		C	597,96	626,44
		Especial	657,01	688,30
Escrivão de Polícia	GPC-610	A	774,96	811,86
		B	853,79	894,45
		C	937,79	982,45
		Especial	1.031,57	1.080,69
Auxiliar de Perito	GPC-611	A	519,58	544,32
		B	551,38	577,63
		C	597,96	626,44
		Especial	657,01	688,30
Motorista Policial	GPC-612	A	446,59	467,86
		B	491,25	514,65
		C	540,38	566,11
		Especial	594,42	622,72
Agente de Telecomunicações Policial	GPC-613	A	519,58	544,32
		B	551,38	577,63
		C	597,96	626,44
		Especial	657,01	688,30
Necromotista Policial	GPC-616	A	519,58	544,32
		B	551,38	577,63
		C	597,96	626,44
		Especial	657,01	688,30

ANEXO X
Tabela do Adicional de Representação
com vigência no exercício de 2010

Categoria	Classe	Valores	
		Vigência Abril/2010	Vigência Setembro 2010
Delegado de Polícia Civil GPC-601	A	1.135,25	1.189,31
	B	1.261,39	1.321,45
	C	1.387,53	1.453,60
	Especial	2.018,22	2.114,32

LEI Nº 8.559, DE 04 DE JUNHO DE 2008

Altera dispositivos da Lei nº 8.427, de 10 de dezembro de 2007, e revoga a Lei nº 8.536, de 07 de maio de 2008.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA;

Faço saber que o Governador do Estado da Paraíba adotou a Medida Provisória nº 105 de 20 de maio de 2008; que a Assembléia Legislativa aprovou, e eu, Arthur Cunha Lima, Presidente da Mesa da Assembléia Legislativa, para os efeitos do disposto no art. 63, § 3º e art. 62, § 7º da Constituição Estadual, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 06/1994, combinado com o § 2º do art. 6º da Resolução nº 982/2005, PROMULGO, a seguinte Lei:

Art. 1º Os artigos 18 e 19 da Lei nº 8.427, de 10 de dezembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 18.

I -

II - Indenização de Transporte, pela execução de serviços externos, nos termos do art. 19 desta Lei.

III -

Parágrafo único.

Art. 19. A Indenização de Transporte, prevista no art. 48, III, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, é devida aos integrantes do Grupo Ocupacional de Servidores Fiscais Tributários - SFT, exclusivamente, para indenização das despesas de transportes pela execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do cargo.

§ 1º O valor devido pela Indenização de Transporte, observado o disposto no caput deste artigo é de R\$ 497,00 (quatrocentos e noventa e sete reais).

§ 2º Receberão o valor citado no parágrafo anterior os servidores integrantes do Grupo SFT designados para a 1ª Gerência Regional ou para suas Coletorias, Recebedoria, Centro de Operação, Agências, Postos Fiscais, Postos de Serviços e em atividade relacionadas à gestão da dívida ativa junto à Procuradoria Geral do Estado.

§ 3º Considerando a distância geográfica da Capital do Estado, a Indenização de Transporte é acrescida dos valores discriminados a seguir:

a) de R\$ 284,00 (duzentos e oitenta e quatro reais), quando o Servidor Fiscal Tributário for designado para prestar serviço nas Repartições Fiscais da Gerência Regional ou Coletorias, agências ou Centros de Operação situados na Circunscrição Fiscal de: Guarabira, Alagoa Grande, Solânea, Bananeiras, Belém, Araruna, Areia, Remígio, Campina Grande, Queimadas, Boqueirão, Umbuzeiro, Aroeiras, Juazeirinho, Soledade, Pocinhos, Ingá, Esperança e Alagoa Nova;

b) de R\$ 568,00 (quinhentos e sessenta e oito reais), quando o servidor for designado para prestar serviço nas Repartições Fiscais da Gerência Regional, Coletorias, Agências ou Centros de Operações situados na Circunscrição Fiscal de: Monteiro, Sumé, Serra Branca, Taperoá, Patos, Princesa Isabel, Tavares, Santa Luzia, Teixeira, Cuité, Barra de Santa Rosa e Picuí;

c) de R\$ 852,00 (oitocentos e cinquenta e dois reais), quando o servidor for designado para prestar serviço nas Repartições Fiscais da Gerência Regional, Coletorias, Agências ou Centros de Operações situados na Circunscrição Fiscal de: Itaporanga, Piancó, Sousa, Catolé do Rocha, Cajazeiras, São Bento, Brejo do Cruz, Pombal, Uiraúna, São João do Rio do Peixe, São José do Piranhas e Conceição.

§ 4º A Indenização de Transporte não será paga nos períodos de afastamentos relativos a férias, licenças ou outros quaisquer afastamentos, ainda que considerados como efetivo exercício, que não se enquadrem no exercício das atribuições próprias do cargo, na forma do caput deste artigo.

§ 5º Os valores fixados nos §§ 1º e 3º deste artigo e no anexo VI desta Lei serão atualizados anualmente, segundo os mesmos índices previstos no art. 8º, caput, e § 1º da Lei nº 8.438, de 18 de dezembro de 2007, atribuídos para correção dos valores dos subsídios fixados nas tabelas que compõem o Anexo II desta Lei.

Art. 2º Fica revogada a Lei nº 8.536, de 07 de maio de 2008.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, "Casa de Epitácio Pessoa", João Pessoa, de junho de 2008.


ARTHUR CUNHA LIMA
Presidente

LEI Nº 8.560, DE 04 DE JUNHO DE 2008

Dispõe sobre a abertura de crédito extraordinário para atendimento de situação de emergência e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA;

Faço saber que o Governador do Estado da Paraíba adotou a Medida Provisória nº 106 de 20 de maio de 2008; que a Assembléia Legislativa aprovou, e eu, Arthur Cunha Lima, Presidente da Mesa da Assembléia Legislativa, para os efeitos do disposto no art. 63, § 3º e art. 62, § 7º da Constituição Estadual, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 06/1994, combinado com o § 2º do art. 6º da Resolução nº 982/2005, PROMULGO, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada, nos termos do art. 170, § 3º, da Constituição do Estado, a abertura de crédito extraordinário no valor de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), em favor da Secretaria de Estado da Infra-Estrutura e/ou da Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba - AESA.

Art. 2º O crédito extraordinário autorizado nos termos do art. 1º desta Lei destina-se ao custeio de despesas decorrentes das ações necessárias, urgentes e inadiáveis na realização de serviços e obras de engenharia, bem como ao atendimento emergencial das populações, tudo em decorrência dos danos ocasionados pelas chuvas e enchentes ocorridas em diversos municípios do Estado.

Art. 3º Para cobertura do crédito extraordinário fica autorizado o remanejamento parcial dos créditos orçamentários descritos no Anexo Único a esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, "Casa de Epitácio Pessoa", João Pessoa, 04 de junho de 2008.


ARTHUR CUNHA LIMA
Presidente

ANEXO ÚNICO

Descrição do Crédito Orçamentário	Valor a Remanejar
ÓRGÃO/UNIDADE: 18.101 - SECRETARIA DE ESTADO DA INTERIORIZAÇÃO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL. AÇÃO: 4020 - AÇÃO SOCIAL DESPESA: 339048 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas	850.000,00
ÓRGÃO/UNIDADE: 21.202 - EMPRESA PARAIBANA DE TURISMO AÇÃO: 4058 - PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS DE DIVULGAÇÃO DO DESTINO TURÍSTICO DESPESA: 339014 - Diárias	50.000,00
ÓRGÃO/UNIDADE: 21.202 - EMPRESA PARAIBANA DE TURISMO AÇÃO: 4058 - PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS DE DIVULGAÇÃO DO DESTINO TURÍSTICO DESPESA: 339033 - Passagens e Locomoção	50.000,00
ÓRGÃO/UNIDADE: 21.202 - EMPRESA PARAIBANA DE TURISMO AÇÃO: 4058 - PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS DE DIVULGAÇÃO DO DESTINO TURÍSTICO DESPESA: 339039 - Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	300.000,00
ÓRGÃO/UNIDADE: 21.202 - EMPRESA PARAIBANA DE TURISMO AÇÃO: 4104 - AÇÕES PROMOCIONAIS DE FOMENTO AO TURISMO DESPESA: 339014 - Diárias	35.000,00
ÓRGÃO/UNIDADE: 21.202 - EMPRESA PARAIBANA DE TURISMO AÇÃO: 4104 - AÇÕES PROMOCIONAIS DE FOMENTO AO TURISMO DESPESA: 33936 - Serviços de Terceiros - Pessoa Física	30.000,00
ÓRGÃO/UNIDADE: 21.202 - EMPRESA PARAIBANA DE TURISMO AÇÃO: 4105 - APOIO A EVENTOS TURÍSTICOS-CULTURAIS DESPESA: 334039 - Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	100.000,00
ÓRGÃO/UNIDADE: 35.201 - EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL DO ESTADO AÇÃO: 7001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS DESPESA: 319091 - SENTENÇAS JUDICIAIS	385.000,00
TOTAL	1.800.000,00

Atos do Poder Executivo

Decreto nº 29.320 de 05 de junho de 2008

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA REFORÇO DE O-TAÇÃO CONSIGNADA NO VIGENTE ORÇAMENTO.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso IV, da Constituição do Estado e, autorizado pelo artigo 6º, inciso II, da Lei nº 8.485, de 09 de janeiro de 2008, e tendo em vista o que consta do Processo SEPLAG/1819/2008,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor de **R\$ 800.000,00** (oitocentos mil reais), para reforço de dotação orçamentária na forma abaixo discriminada:

34.000- SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA
34.201- DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Especificação	Natureza	Fonte	Valor
26.782.5027-1601- IMPLANTAÇÃO E MELHORAMENTO DE ESTRADAS	4490.51	01	800.000,00
TOTAL			800.000,00

Art. 2º - A despesa com o crédito suplementar aberto pelo artigo anterior correrá por conta do Excesso de Arrecadação da Receita do Fundo de Participação dos Estados - FPE, de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 05 de junho de 2008; 120º da Proclamação da República.


CÁSSIO CUNHA-LIMA
Governador


FRANKLIN DE ARAÚJO NETO
Secretário de Estado do Planejamento e Gestão


JACY FERNANDES TOSCANO DE BRITTO
Secretário de Estado das Finanças


FRANCISCO EVANGELISTA DE FREITAS
Secretário de Estado da Infra-Estrutura

Decreto nº 29.321 de 05 de junho de 2008

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA REFORÇO DE DOTAÇÃO CONSIGNADA NO VIGENTE ORÇAMENTO.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso IV, da Constituição do Estado e, autorizado pelo artigo 6º, inciso III, da Lei nº 8.485, de 09 de janeiro de 2008, e tendo em vista o que consta do Processo SEPLAG/1752/2008,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor de **R\$ 12.500,00** (doze mil e quinhentos reais), para reforço de dotação orçamentária na forma abaixo discriminada:

14.000- DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA
14.901- FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Especificação	Natureza	Fonte	Valor
02.422.5158-2392- ATENDIMENTO AOS DIREITOS DO CONSUMIDOR	4490.52	70	12.500,00
TOTAL			12.500,00

Art. 2º - A despesa com o crédito suplementar aberto pelo artigo anterior correrá por conta de anulação de dotação orçamentária, conforme discriminação a seguir:

14.000- DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA
14.901- FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

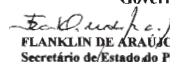
Especificação	Natureza	Fonte	Valor
02.422.5158-2392- ATENDIMENTO AOS DIREITOS DO CONSUMIDOR	3390.04	70	12.500,00
TOTAL			12.500,00


Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 05 de junho de 2008; 120º da Proclamação da República.


CÁSSIO CUNHA-LIMA
Governador


FRANKLIN DE ARAÚJO NETO
Secretário de Estado do Planejamento e Gestão


JACY FERNANDES TOSCANO DE BRITTO
Secretário de Estado das Finanças

Decreto nº 29.322 de 05 de junho de 2008

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO VIGENTE ORÇAMENTO.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso IV, da Constituição do Estado e, autorizado pelo artigo 6º, inciso III, da Lei nº 8.485, de 09 de janeiro de 2008, e tendo em vista o que consta do Processo SEPLAG/1770/2008,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor de **R\$ 2.905.000,00** (dois milhões novecentos e cinco mil reais), para reforço de dotações orçamentárias na forma abaixo discriminadas:

31.000- FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DA PARAÍBA
31.101- RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Especificação	Natureza	Fonte	Valor
08.452.5315-4525- APOIO À INFRA-ESTRUTURA DE SERVIÇOS BÁSICOS DE NATUREZA ESSENCIAL	3350.39	00	30.000,00
	4440.51	00	2.875.000,00
TOTAL			2.905.000,00

Art. 2º - As despesas com o crédito suplementar aberto pelo artigo anterior correrão por conta de anulação de dotações orçamentárias, conforme discriminação a seguir:

31.000- FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DA PARAÍBA
31.101- RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO


Especificação	Natureza	Fonte	Valor
12.361.5315-4524- REFORÇO À INFRA-ESTRUTURA DE ENSINO FUN-			


DAMENTAL E MÉDIO NOS MUNICÍPIOS	4440.52	00	495.000,00
08.452.5315-4525- APOIO À INFRA-ESTRUTURA DE SERVIÇOS BÁSICOS DE NATUREZA ESSENCIAL	4450.51	00	300.000,00
10.302.5315-1730- CONSTRUÇÃO DE HOSPITAIS DE PEQUENO PORTE	4440.51	10	2.110.000,00
TOTAL			2.905.000,00

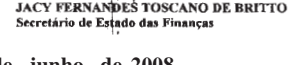
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 05 de junho de 2008; 120º da Proclamação da República.


CÁSSIO CUNHA-LIMA
Governador


FRANKLIN DE ARAÚJO NETO
Secretário de Estado do Planejamento e Gestão


JACY FERNANDES TOSCANO DE BRITTO
Secretário de Estado das Finanças

Decreto nº 29.323 de 05 de junho de 2008

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA REFORÇO DE DOTAÇÃO CONSIGNADA NO VIGENTE ORÇAMENTO.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso IV, da Constituição do Estado e, autorizado pelo artigo 6º, inciso II, da Lei nº 8.485, de 09 de janeiro de 2008, e tendo em vista o que consta do Processo SEPLAG/1314/2008,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor de **R\$103.000,00** (cento e três mil reais), para reforço de dotação orçamentária na forma abaixo discriminada:

29.000- SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
29.203- RÁDIO TABAJARA SUPERINTENDENCIA DE RADIODIFUSÃO


Especificação	Natureza	Fonte	Valor
24.122.5046-4216- MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	3390.36	01	65.000,00
24.122.5046.4217- ENCARGOS COM PESSOAL ATIVO	3190.13	01	38.000,00
TOTAL			103.000,00

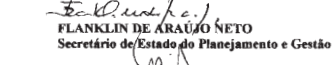
Art. 2º - A despesa com o crédito suplementar aberto pelo artigo anterior correrá por conta do Excesso de Arrecadação da Receita do Fundo de Participação dos Estados - FPE, de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64.


Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.


Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 05 de junho de 2008; 120º da Proclamação da República.


CÁSSIO CUNHA-LIMA
Governador


FRANKLIN DE ARAÚJO NETO
Secretário de Estado do Planejamento e Gestão


JACY FERNANDES TOSCANO DE BRITTO
Secretário de Estado das Finanças


SOLON HENRIQUES DE SÁ E BENEVIDES
Secretário Extraordinário de Comunicação Institucional

Decreto nº 29.324 de 05 de junho de 2008

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA REFORÇO DE DOTAÇÃO CONSIGNADA NO VIGENTE ORÇAMENTO.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso IV, da Constituição do Estado e, autorizado pelo artigo 6º, inciso II, da Lei nº 8.485, de 09 de janeiro de 2008, e tendo em vista o que consta do Processo SEPLAG/1031/2008,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor de **R\$ 150.000,00** (cento e cinquenta mil reais), para reforço de dotação orçamentária na forma abaixo discriminada:

34.000- SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA
34.101- GABINETE DO SECRETÁRIO

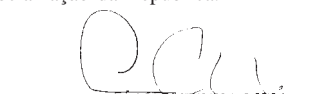
Especificação	Natureza	Fonte	Valor
10.544.5180-1161- CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS E AÇUDES	4490.51	10	150.000,00
TOTAL			150.000,00


Art. 2º - A despesa com o crédito suplementar aberto pelo artigo anterior correrá por conta do Excesso de Arrecadação da Receita do Fundo de Participação dos Estados - FPE, de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64.

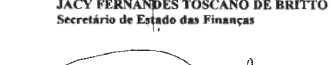
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.


Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 05 de junho de 2008; 120º da Proclamação da República.


CÁSSIO CUNHA-LIMA
Governador


FRANKLIN DE ARAÚJO NETO
Secretário de Estado do Planejamento e Gestão


JACY FERNANDES TOSCANO DE BRITTO
Secretário de Estado das Finanças


FRANCISCO EVANGELISTA DE FREITAS
Secretário de Estado da Infra-Estrutura

Decreto nº 29.325 de 05 de junho de 2008

**ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA REFORÇO DE DO-
TAÇÃO CONSIGNADA NO VIGENTE ORÇAMENTO**

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso IV, da Constituição do Estado e, autorizado pelo artigo 6º, inciso II, da Lei nº 8.485, de 09 de janeiro de 2008, e tendo em vista o que consta do Processo SEPLAG/916/2008,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 204.250,00 (duzentos e quatro mil, duzentos e cinquenta reais), para reforço de dotação orçamentária na forma abaixo discriminada:

22.000 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
22.204 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Especificação	Natureza	Fonte	Valor
12.364.5033-2818- OTIMIZAÇÃO DA BIBLIOTECA, GRÁFICA E EDITORA UNIVERSITÁRIA	4490.52	00	204.250,00
TOTAL			204.250,00

Art. 2º - A despesa com o crédito suplementar aberto pelo artigo anterior correrá por conta do Excesso de Arrecadação da Receita do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64.

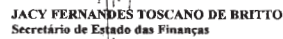
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 05 de junho de 2008; 120º da Proclamação da República.


CASSIO CUNHA LIMA
Governador


FLANKLIN DE ARAÚJO NETO
Secretário de Estado do Planejamento e Gestão


JACY FERNANDES TOSCANO DE BRITTO
Secretário de Estado das Finanças


NEROALDO PONTES DE AZEVEDO
Secretário de Estado da Educação e Cultura

Decreto nº 29.326 de 05 de junho de 2008

**ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA REFORÇO DE DO-
TAÇÕES CONSIGNADAS NO VIGENTE ORÇAMENTO.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso IV, da Constituição do Estado e, autorizado pelo artigo 6º, inciso II, da Lei nº 8.485, de 09 de janeiro de 2008, e tendo em vista o que consta do Processo SEPLAG/1400/2008,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 1.280.000,00 (um milhão, duzentos e oitenta mil reais), para reforço de dotações orçamentárias na forma abaixo discriminadas:

26.000- SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
26.201- DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DA PARAÍBA

Especificação	Natureza	Fonte	Valor
28.846.0000-7003-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3390.92	70	180.000,00
06.122.5046-4216- MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	3390.30	70	50.000,00
	3390.48	70	50.000,00
06.126.5046-4219- SERVIÇOS DE INFORMATIZAÇÃO	3390.39	70	1.000.000,00
TOTAL			1.280.000,00

Art. 2º - As despesas com o crédito suplementar aberto pelo artigo anterior correrão por conta do Excesso de Arrecadação da Receita de Carteira Nacional de Habilitação, de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, combinado com o artigo 111, inciso II, da Lei Estadual nº 3.654/71

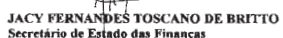
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 05 de junho de 2008; 120º da Proclamação da República.


CASSIO CUNHA LIMA
Governador


FLANKLIN DE ARAÚJO NETO
Secretário de Estado do Planejamento e Gestão


JACY FERNANDES TOSCANO DE BRITTO
Secretário de Estado das Finanças


EITEL SANTIAGO DE BRITO PEREIRA
Secretário de Estado da Segurança e da Defesa Social

Ato Governamental nº 2939

João Pessoa, 05 de junho de 2008

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com o Art. 9º, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, combinado com o que dispõe a Lei nº 7.376, de 11 de agosto de 2003 e suas alterações, e tendo em vista aprovação no Concurso Público, homologado pela Portaria nº 263/SEAD, publicada no Diário Oficial do Estado, edição do dia 18 de dezembro de 2007 e alterada pela Portaria nº 077/GS/SEAD, republicada no Diário Oficial do Estado, edição do dia 29 de março de 2008,

R E S O L V E nomear AIRTON PONTUAL DE OLIVEIRA JÚNIOR, para ocupar, em caráter efetivo, o cargo de Fisioterapeuta, Classe A, com lotação na Secretaria de Estado da Saúde .

Ato Governamental nº 2940

João Pessoa, 05 de junho de 2008

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com o Art. 9º, inciso I, da

Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, combinado com o que dispõe a Lei nº 7.376, de 11 de agosto de 2003 e suas alterações, e tendo em vista aprovação no Concurso Público, homologado pela Portaria nº 263/SEAD, publicada no Diário Oficial do Estado, edição do dia 18 de dezembro de 2007 e alterada pela Portaria nº 077/GS/SEAD, republicada no Diário Oficial do Estado, edição do dia 29 de março de 2008,

R E S O L V E nomear LIANE KARYNA DE OLIVEIRA DOS SANTOS, para ocupar, em caráter efetivo, o cargo de Fisioterapeuta, Classe A, com lotação na Secretaria de Estado da Saúde .

Ato Governamental nº 2941

João Pessoa, 05 de junho de 2008

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com o Art. 9º, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, combinado com o que dispõe a Lei nº 7.376, de 11 de agosto de 2003 e suas alterações, e tendo em vista aprovação no Concurso Público, homologado pela Portaria nº 263/SEAD, publicada no Diário Oficial do Estado, edição do dia 18 de dezembro de 2007 e alterada pela Portaria nº 077/GS/SEAD, republicada no Diário Oficial do Estado, edição do dia 29 de março de 2008,

R E S O L V E nomear NAYANNA PEREIRA DINIZ DALIA ALENCAR, para ocupar, em caráter efetivo, o cargo de Fisioterapeuta, Classe A, com lotação na Secretaria de Estado da Saúde .

Ato Governamental nº 2942

João Pessoa, 05 de junho de 2008

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com o Art. 9º, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, combinado com o que dispõe a Lei nº 7.376, de 11 de agosto de 2003 e suas alterações, e tendo em vista aprovação no Concurso Público, homologado pela Portaria nº 263/SEAD, publicada no Diário Oficial do Estado, edição do dia 18 de dezembro de 2007 e alterada pela Portaria nº 077/GS/SEAD, republicada no Diário Oficial do Estado, edição do dia 29 de março de 2008,

R E S O L V E nomear IUSSEF PAIVA SILVA, para ocupar, em caráter efetivo, o cargo de Fisioterapeuta, Classe A, com lotação na Secretaria de Estado da Saúde .

Ato Governamental nº 2943

João Pessoa, 05 de junho de 2008

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com o Art. 9º, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, combinado com o que dispõe a Lei nº 7.376, de 11 de agosto de 2003 e suas alterações, e tendo em vista aprovação no Concurso Público, homologado pela Portaria nº 263/SEAD, publicada no Diário Oficial do Estado, edição do dia 18 de dezembro de 2007 e alterada pela Portaria nº 077/GS/SEAD, republicada no Diário Oficial do Estado, edição do dia 29 de março de 2008,

R E S O L V E nomear FRANCISCO DE ASSIS DO NASCIMENTO, para ocupar, em caráter efetivo, o cargo de Fisioterapeuta, Classe A, com lotação na Secretaria de Estado da Saúde .

Ato Governamental nº 2944

João Pessoa, 05 de junho de 2008

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com o Art. 9º, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, combinado com o que dispõe a Lei nº 7.376, de 11 de agosto de 2003 e suas alterações, e tendo em vista aprovação no Concurso Público, homologado pela Portaria nº 263/SEAD, publicada no Diário Oficial do Estado, edição do dia 18 de dezembro de 2007 e alterada pela Portaria nº 077/GS/SEAD, republicada no Diário Oficial do Estado, edição do dia 29 de março de 2008,

R E S O L V E nomear WANESSA MARIA SILVA DO NASCIMENTO, para ocupar, em caráter efetivo, o cargo de Terapeuta Ocupacional, Classe A, com lotação na Secretaria de Estado da Saúde .

Ato Governamental nº 2945

João Pessoa, 05 de junho de 2008

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com o Art. 9º, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, combinado com o que dispõe a Lei nº 7.376, de 11 de agosto de 2003 e suas alterações, e tendo em vista aprovação no Concurso Público, homologado pela Portaria nº 263/SEAD, publicada no Diário Oficial do Estado, edição do dia 18 de dezembro de 2007 e alterada pela Portaria nº 077/GS/SEAD, republicada no Diário Oficial do Estado, edição do dia 29 de março de 2008,

R E S O L V E nomear CIBELE MARIA DE HOLANDA LIRA, para ocupar, em caráter efetivo, o cargo de Terapeuta Ocupacional, Classe A, com lotação na Secretaria de Estado da Saúde .

Ato Governamental nº 2946

João Pessoa, 05 de junho de 2008

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com o Art. 9º, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, combinado com o que dispõe a Lei nº 7.376, de 11 de agosto de 2003 e suas alterações, e tendo em vista aprovação no Concurso Público, homologado pela Portaria nº 263/SEAD, publicada no Diário Oficial do Estado, edição do dia 18 de dezembro de 2007 e alterada pela Portaria nº 077/GS/SEAD, republicada no Diário Oficial do Estado, edição do dia 29 de março de 2008,

R E S O L V E nomear ADA SALVETTI CAVALCANTI, para ocupar, em caráter efetivo, o cargo de Terapeuta Ocupacional, Classe A, com lotação na Secretaria de Estado da Saúde .

Ato Governamental nº 2947

João Pessoa, 05 de junho de 2008

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com o Art. 9º, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, combinado com o que dispõe a Lei nº 7.376, de 11 de agosto de 2003 e suas alterações, e tendo em vista aprovação no Concurso Público, homologado pela Portaria nº 263/SEAD, publicada no Diário Oficial do Estado, edição do dia 18 de dezembro de 2007 e alterada pela Portaria nº 077/GS/SEAD, republicada no Diário Oficial do Estado, edição do dia 29 de março de 2008,

R E S O L V E nomear PATRÍCIA MORAES BUELONI, para ocupar, em caráter efetivo, o cargo de Terapeuta Ocupacional, Classe A, com lotação na Secretaria de Estado da Saúde .

Ato Governamental nº 2948

João Pessoa, 05 de junho de 2008

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com o Art. 9º, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, combinado com o que dispõe a Lei nº 7.376, de 11 de agosto de 2003 e suas alterações, e tendo em vista aprovação no Concurso Público, homologado pela Portaria nº 263/SEAD, publicada no Diário Oficial do Estado, edição do dia 18 de dezembro de 2007 e alterada pela Portaria nº 077/GS/SEAD, republicada no Diário Oficial do Estado, edição do dia 29 de março de 2008,

R E S O L V E nomear MARIANA REIS DA SILVA, para ocupar, em caráter efetivo, o cargo de Terapeuta Ocupacional, Classe A, com lotação na Secretaria de Estado da Saúde .

Ato Governamental nº 2949

João Pessoa, 05 de junho de 2008

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com o Art. 9º, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, combinado com o que dispõe a Lei nº 7.376, de 11 de agosto de 2003 e suas alterações, e tendo em vista aprovação no Concurso Público,

dia 15 de maio de 2008, que autorizou o afastamento do servidor PAULO DE MORAIS PES- SOA, matrícula nº 158.854-1, para realizar o Curso de Mestrado em Engenharia Agrícola.

GUSTAVO NOGUEIRA
Secretário

Portaria nº 164

João Pessoa, 25 de maio de 2008

O Secretário de Estado da Administração, usando das atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso XVIII, do Decreto nº 26.817, de 02 de fevereiro de 2006, e em cumprimento ao disposto no artigo 40 da Lei 8.427 de 10 de dezembro de 2007.

RESOLVE divulgar o resultado da implantação do PCCR do Grupo Ocupacional Servidores Fiscais Tributários -SFT, ativos, do Estado da Paraíba, na forma estabelecida no Anexo IV da citada Lei.

Table with columns: MATRICULA, NOME, SITUACAO ANTERIOR (SIGLA CARGO, CLF), SITUACAO ATUAL (SIGLA CARGO, CLF, CLASSE / NIVEL). Lists numerous employees and their status changes.

Table with columns: MATRICULA, NOME, SITUACAO ANTERIOR (SIGLA CARGO, CLF), SITUACAO ATUAL (SIGLA CARGO, CLF, CLASSE / NIVEL). Continuation of employee list from the previous table.

Turismo e do Desenvolvimento Econômico

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO

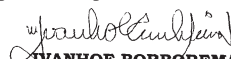
Portaria nº 007/2008

João Pessoa, 05 de Junho de 2008.

O PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA PARAIBA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XVII, artigo 25 do Decreto Federal nº 1800 de 30.01.1996 e de acordo com inciso XII, artigo 7º do Regimento Interno desta Autarquia, baixado com o Decreto Estadual de nº 26.805 de 25.01.2006

RESOLVE:

Designar, **JOSETE OLIVEIRA DE SOUSA**, matrícula 120.051-8, Técnico em Administração, **MARIA DE FATIMA GOMES DA SILVA**, matrícula 120.042-9, Técnico em Administração, e **WALDIR RODRIGUES SOARES**, matrícula 120.051-1, Agente do Registro do Comércio MEMBROS, e **CARLOS ROBERTO COELHO DA SILVA**, matrícula 120.054-2, Auxiliar de Administração, Suplente, para compor a **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, sob a Presidência do primeiro a partir da data de sua publicação, com vigência de 01 (um) ano.


IVANHOE BORBOREMA CUNHA LIMA
Vice Presidente no exercício da Presidência

Educação e Cultura

Portaria nº 880

João Pessoa, 21 de 05 de 2008.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, no uso de suas atribuições, que lhe confere o artigo 89, inciso I, da Constituição do Estado, e considerando o que consta do Processo nº 0002917-1/08-SEEC,

RESOLVE remover, a pedido, de acordo com o artigo 34, Parágrafo único, inciso III, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, **MARIA DO SOCORRO DE SOUZA CORDAO**, Professor, matrícula nº 158.890-7, com lotação fixada nesta Secretaria, da Escola Estadual do Ensino Fundamental e Médio Severino Cabral, para o Centro de Atenção Integral a Criança José Jofilly, ambos na cidade de Campina Grande.

UPG: 001

UTB: 13180

Portaria nº 885

João Pessoa, 29 de 05 de 2008.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE tornar sem efeito a Portaria nº 886, de 14.05.08, publicada no D.O.E de 18.05.08, pág. 07, col. 02, que removeu **ROSILENE FERNANDES DA SILVA SOUZA**, Professor, matrícula nº 144.883-8, com lotação fixada nesta Secretaria, da Escola Estadual do Ensino Fundamental Félix Araujo, para a Escola Estadual do Ensino Fundamental Dom Helder Camara, ambas na cidade de Campina Grande.

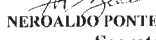
Portaria nº 886

João Pessoa, 30 de 05 de 2008.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, no uso de suas atribuições, que lhe confere o artigo 89, inciso I, da Constituição do Estado, e considerando o que consta do Ofício nº 1103/08-1ª GREC,

RESOLVE remover, a pedido, de acordo com o artigo 34, Parágrafo único, inciso III, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, os Professores, lotados nesta Secretaria, abaixo relacionados:

NOME	MATRÍCULA	ESC.ORIGEM	ESC.DESTINO
ANTONIO ERNESTO ALMEIDA DA COSTA	69.712-5	EEEFM PROF. OLIVINA OLIVIA C. CUNHA, CAPITAL	EEEF PROF MARIA GENY DE SOUSA TIMOTEO, CAPITAL UPG: 200 UTB: 11027
MARTINHO GUILHERME CABRAL DE VASCONCELOS	67.408-7	EEEFM PROF. OLIVINA OLIVIA C. CUNHA, CAPITAL	CENTRO PROF. DEP. ANTONIO CABRAL (CPDAC), CAPITAL UPG: 200 UTB: 11236
MARIA DA PENHA ISMAEL DA SILVA	130.535-2	EEEF CAPITULINA SATYRO, CAPITAL	EEEFM TENENTE LUCENA, CAPITAL UPG: 200 UTB: 11007
EPITACIO EZEQUIEL DE MEDEIROS	143.676-7	EEEFM PE HILDON BANDEIRA, CAPITAL	NUCL DE EJA DA UFPB CAMPUS I, CAPITAL UPG: 200 UTB: 11257
NANCI CARNEIRO DE SOUZA	142.032-1	EEEFM PROF. OLIVINA OLIVIA C. CUNHA, CAPITAL	EEEFM PROF OLIVIO PINTO, CAPITAL UPG: 200 UTB: 11081
LIZETE SOARES DE SOUSA	84.734-8	EEEFM DOM JOSE MARIA PIRES, CAPITAL	EEEFM SEVERINO DIAS DE OLIVEIRA - MESTRE SIVUCA, CAPITAL UPG: 200 UTB: 11265
MARLI DE LUCENA WANDERLEY	131.941-8	EEEF PROF. MARIA JACY COSTA, CAPITAL	EEEFM PROF RITA DE MIRANDA HENRIQUES, CAPITAL UPG: 200 UTB: 11097
FRANCISCA SANDRA FRANCO RIBEIRO	130.493-3	EEEFM ESC. HORACIO DE ALMEIDA, CAPITAL	CENTRO PROF. DEP. ANTONIO CABRAL (CPDAC), CAPITAL UPG: 200 UTB: 11236
GERLANE CORREIA PAIVA	135.983-5	EEEF DR. OTAVIO NOVAIS, CAPITAL	EEEFM PROF ANTONIO GOMES, BAYEUX UPG: 075 UTB: 11135
LUIZA MARIA DE ARAUJO PEREIRA	143.646-5	EEEF SEN. TEOTONIO VILELA, BAYEUX	EEEFM MARIA HONORINA SANTIAGO, SANTA RITA UPG: 033 UTB: 11159


NEROALDO PONTES DE AZEVEDO
Secretário

PBPREV - Paraíba Previdência

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA - A - Nº 568

O Presidente da PBPREV, no uso de suas atribuições, consoante o disposto no art. 11, II, da Lei nº 7.517-PBPREV, de 30 de dezembro de 2003 e de acordo com o Processo nº 693-07,

RESOLVE

CONCEDER APOSENTADORIA COMPULSÓRIA à servidora **IOLANDA NOGUEIRA CARDOSO**, Cozinheira, matrícula nº 148.952-6, lotada na Secretaria de Estado da Saúde, conforme o disposto no art. 40, §1º, inciso II da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03 c/c o art. 1º da Lei 10.887/04.

João Pessoa, 21 de maio de 2008

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA - A - Nº 569

O Presidente da PBPREV, no uso de suas atribuições, consoante o disposto no art. 11, II, da Lei nº 7.517-PBPREV, de 30 de dezembro de 2003 e de acordo com o Processo nº 9611-06,

RESOLVE

CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE COM PROVENTOS PROPORCIONAIS AO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à servidora **MARIA JOSEFA DOS SANTOS**, Auxiliar de Serviço, matrícula nº 136.388-3, lotada na Secretaria de

Estado da Educação e Cultura, conforme o disposto no art. 40, §1º, III, alínea “b” da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03 c/c o art. 1º da Lei nº 10.887/04.

João Pessoa, 28 de maio de 2008

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA - A - Nº 570

O Presidente da PBPREV, no uso de suas atribuições, consoante o disposto no art. 11, II, da Lei nº 7.517-PBPREV, de 30 de dezembro de 2003 e de acordo com o Processo nº 9557-06,

RESOLVE

CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE COM PROVENTOS PROPORCIONAIS AO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à servidora **GILVANETE VIEIRA PORTO**, Auxiliar de Serviço, matrícula nº 69.517-3, lotada na Secretaria de Estado da Educação e Cultura, conforme o disposto no art. 40, §1º, III, alínea “b” da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03 c/c o art. 1º da Lei nº 10.887/04.

João Pessoa, 28 de maio de 2008

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA - A - Nº 571

O Presidente da PBPREV, no uso de suas atribuições, consoante o disposto no art. 11, II, da Lei nº 7.517-PBPREV, de 30 de dezembro de 2003 e de acordo com o Processo nº 7597-06,

RESOLVE

CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à servidora **JOANA LEITE DE ANDRADE**, Professora de Educação Básica 3, matrícula nº 61.039-9, lotada na Secretaria de Estado da Educação e Cultura, conforme o disposto no art. 40, §1º, III, alínea “a” e § 5º da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03 c/c o art. 1º da Lei nº 10.887/04.

João Pessoa, 28 de maio de 2008

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA - A - Nº 572

O Presidente da PBPREV, no uso de suas atribuições, consoante o disposto no art. 11, II, da Lei nº 7.517-PBPREV, de 30 de dezembro de 2003 e de acordo com o Processo nº 7585-06,

RESOLVE

CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à servidora **LÍGIA HORTÊNCIO CLEMENTE**, Professora de Educação Básica 3, matrícula nº 65.214-8, lotada na Secretaria de Estado da Educação e Cultura, conforme o disposto no art. 40, §1º, III, alínea “a” e § 5º da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03 c/c o art. 1º da Lei nº 10.887/04.

João Pessoa, 28 de maio de 2008

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA - A - Nº 573

O Presidente da PBPREV, no uso de suas atribuições, consoante o disposto no art. 11, II, da Lei nº 7.517-PBPREV, de 30 de dezembro de 2003 e de acordo com o Processo nº 6533-06,

RESOLVE

CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à servidora **EUNICE GOMES DOS SANTOS BARRETO**, Professora de Educação Básica 3, matrícula nº 68.220-9, lotada na Secretaria de Estado da Educação e Cultura, conforme o disposto no art. 40, §1º, III, alínea “a” e § 5º da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03 c/c o art. 1º da Lei nº 10.887/04.

João Pessoa, 28 de maio de 2008

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA - A - Nº 574

O Presidente da PBPREV, no uso de suas atribuições, consoante o disposto no art. 11, II, da Lei nº 7.517-PBPREV, de 30 de dezembro de 2003 e de acordo com o Processo nº 8044-06,

RESOLVE

CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à servidora **BENEDITA MARIA DE ARAÚJO SILVA**, Professora de Educação Básica 2, matrícula nº 62.974-0, lotada na Secretaria de Estado da Educação e Cultura, conforme o disposto no art. 40, §1º, III, alínea “a” e § 5º da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03 c/c o art. 1º da Lei nº 10.887/04.

João Pessoa, 28 de maio de 2008

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA - A - Nº 575

O Presidente da PBPREV, no uso de suas atribuições, consoante o disposto no art. 11, II, da Lei nº 7.517-PBPREV, de 30 de dezembro de 2003 e de acordo com o Processo nº 6701-06,

RESOLVE

CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à servidora **MARIA DAS NEVES DE FRANÇA TARGINO**, Professora de Educação Básica 3, matrícula nº 71.451-8, lotada na Secretaria de Estado da Educação e Cultura, conforme o disposto no art. 40, §1º, III, alínea “a” e § 5º da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03 c/c o art. 1º da Lei nº 10.887/04.

João Pessoa, 28 de maio de 2008

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA - A - Nº 576

O Presidente da PBPREV, no uso de suas atribuições, consoante o disposto no art. 11, II, da Lei nº 7.517-PBPREV, de 30 de dezembro de 2003 e de acordo com o Processo nº 7002-06,

RESOLVE

CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à servidora **ELZITA SARAIVA DA SILVA**, Professora de Educação Básica 1, matrícula nº 56.315-3, lotada na Secretaria de Estado da Educação e Cultura, conforme o disposto no art. 40, §1º, III, alínea “a” da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03 c/c o art. 1º da Lei nº 10.887/04.

João Pessoa, 28 de maio de 2008

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA - A - Nº 577

O Presidente da PBPREV, no uso de suas atribuições, consoante o disposto no art. 11, II, da Lei nº 7.517-PBPREV, de 30 de dezembro de 2003 e de acordo com o Processo nº 7351-06,

RESOLVE

CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à servidora **MARIA DO SOCORRO VASCONCELOS DANTAS**, Professora de Educação Básica 3, matrícula nº 64.700-4, lotada na Secretaria de Estado da Educação e Cultura, conforme o disposto no art. 40, §1º, III, alínea “a” e § 5º da Constituição Federal com a

redação dada pela Emenda Constitucional nº41/03 c/c o art. 1º da Lei nº 10.887/04.
João Pessoa, 28 de maio de 2008

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA – A – Nº 578

O Presidente da PBPREV, no uso de suas atribuições, consoante o disposto no art. 11, II, da Lei nº7.517-PBPREV, de 30 de dezembro de 2003 e de acordo com o Processo nº 8331-06,

RESOLVE
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à servidora CLOTILDE DE MENESES DANTAS, Professora de Educação Básica 3, matrícula nº 74.335-6, lotada na Secretaria de Estado da Educação e Cultura, conforme o disposto no art. 40, §1º, III, alínea “a” e § 5º da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº41/03 c/c o art. 1º da Lei nº 10.887/04.

João Pessoa, 28 de maio de 2008

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA – A – Nº 579

O Presidente da PBPREV, no uso de suas atribuições, consoante o disposto no art. 11, II, da Lei nº7.517-PBPREV, de 30 de dezembro de 2003 e de acordo com o Processo nº 7023-06,

RESOLVE
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à servidora MARIA DE NASARÉ AGUIAR, Professora de Educação Básica 1, matrícula nº 81.857-7, lotada na Secretaria de Estado da Educação e Cultura, conforme o disposto no art. 40, §1º, III, alínea “a” e § 5º da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº41/03 c/c o art. 1º da Lei nº 10.887/04.

João Pessoa, 28 de maio de 2008

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA – A – Nº 580

O Presidente da PBPREV, no uso de suas atribuições, consoante o disposto no art. 11, II, da Lei nº7.517-PBPREV, de 30 de dezembro de 2003 e de acordo com o Processo nº 7073-06,

RESOLVE
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à servidora MARIA ADELMA MARTINS PEREIRA, Professora de Educação Básica 1, matrícula nº 141.565-4, lotada na Secretaria de Estado da Educação e Cultura, conforme o disposto no art. 40, §1º, III, alínea “a” e § 5º da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº41/03 c/c o art. 1º da Lei nº 10.887/04.

João Pessoa, 28 de maio de 2008

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA – A – Nº 581

O Presidente da PBPREV, no uso de suas atribuições, consoante o disposto no art. 11, II, da Lei nº7.517-PBPREV, de 30 de dezembro de 2003 e de acordo com o Processo nº 8249-06,

RESOLVE
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à servidora MARIA EUNICE MARTINS BARBOZA, Professora de Educação Básica 3, matrícula nº 129.372-9, lotada na Secretaria de Estado da Educação e Cultura, conforme o disposto no art. 40, §1º, III, alínea “a” e § 5º da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº41/03 c/c o art. 1º da Lei nº 10.887/04.

João Pessoa, 28 de maio de 2008

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA – A – Nº 582

O Presidente da PBPREV, no uso de suas atribuições, consoante o disposto no art. 11, II, da Lei nº7.517-PBPREV, de 30 de dezembro de 2003 e de acordo com o Processo nº 8463-06,

RESOLVE
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à servidora MARGÓLENE DE ARAÚJO MOURA, Professora de Educação Básica 3, matrícula nº 72.167-1, lotada na Secretaria de Estado da Educação e Cultura, conforme o disposto no art. 40, §1º, III, alínea “a” e § 5º da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº41/03 c/c o art. 1º da Lei nº 10.887/04.

João Pessoa, 28 de maio de 2008

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA – A – Nº 583

O Presidente da PBPREV, no uso de suas atribuições, consoante o disposto no art. 11, II, da Lei nº7.517-PBPREV, de 30 de dezembro de 2003 e de acordo com o Processo nº 8449-06,

RESOLVE
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à servidora AURÍLIA ABRANTES DE QUEIROZ PEREIRA, Professora de Educação Básica 2, matrícula nº 57.065-6, lotada na Secretaria de Estado da Educação e Cultura, conforme o disposto no art. 40, §1º, III, alínea “a” e § 5º da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº41/03 c/c o art. 1º da Lei nº 10.887/04.

João Pessoa, 28 de maio de 2008

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA – A – Nº 584

O Presidente da PBPREV, no uso de suas atribuições, consoante o disposto no art. 11, II, da Lei nº7.517-PBPREV, de 30 de dezembro de 2003 e de acordo com o Processo nº 7370-06,

RESOLVE
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à servidora GENOVEVA ALMEIDA DA SILVA, Auxiliar de Serviço, matrícula nº 129.431-8, lotada na Secretaria de Estado da Educação e Cultura, conforme o disposto no art. 40, §1º, III, alínea “b” da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº41/03 c/c o art. 1º da Lei nº 10.887/04.

João Pessoa, 28 de maio de 2008

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA – A – Nº 585

O Presidente da PBPREV, no uso de suas atribuições, consoante o disposto no art. 11, II, da Lei nº7.517-PBPREV, de 30 de dezembro de 2003 e de acordo com o Processo nº 8201-06,

RESOLVE
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à servidora MARIA RAMOS DE ARAÚJO MARTINS, Professora de Educação Básica 1, matrícula nº 71.404-6, lotada na Secretaria de Estado da Educação e Cultura, conforme o disposto no art. 40, §1º, III, alínea “a” e § 5º da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº41/03 c/c o art. 1º da Lei nº 10.887/04.

João Pessoa, 28 de maio de 2008

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA – A – Nº 586

O Presidente da PBPREV, no uso de suas atribuições, consoante o disposto no art. 11, II, da Lei nº7.517-PBPREV, de 30 de dezembro de 2003 e de acordo com o Processo nº 8376-06,

RESOLVE
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à servidora SEVERINA ARAÚJO PEREIRA, Professora de Educação Básica 2, matrícula nº 74.788-2, lotada na Secretaria de Estado da Educação e Cultura, conforme o disposto no art. 40, §1º, III, alínea “a” e § 5º da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº41/03 c/c o art. 1º da Lei nº 10.887/04.

João Pessoa, 28 de maio de 2008

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA – A – Nº 587

O Presidente da PBPREV, no uso de suas atribuições, consoante o disposto no art. 11, II, da Lei nº7.517-PBPREV, de 30 de dezembro de 2003 e de acordo com o Processo nº 8312-06,

RESOLVE
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à servidora CRISTINA OCHOTORENA DE CARVALHO, Professora de Educação Básica 3, matrícula nº 64.719-5, lotada na Secretaria de Estado da Educação e Cultura, conforme o disposto no art. 40, §1º, III, alínea “a” e § 5º da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº41/03 c/c o art. 1º da Lei nº 10.887/04.

João Pessoa, 28 de maio de 2008

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA – A – Nº 588

O Presidente da PBPREV, no uso de suas atribuições, consoante o disposto no art. 11, II, da Lei nº7.517-PBPREV, de 30 de dezembro de 2003 e de acordo com o Processo nº 8040-06,

RESOLVE
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à servidora MARILENE ALMEIDA FELIPE, Professora de Educação Básica 3, matrícula nº 63.598-7, lotada na Secretaria de Estado da Educação e Cultura, conforme o disposto no art. 40, §1º, III, alínea “a” e § 5º da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº41/03 c/c o art. 1º da Lei nº 10.887/04.

João Pessoa, 28 de maio de 2008

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA – A – Nº 589

O Presidente da PBPREV, no uso de suas atribuições, consoante o disposto no art. 11, II, da Lei nº7.517-PBPREV, de 30 de dezembro de 2003 e de acordo com o Processo nº 6588-06,

RESOLVE
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à servidora MARIA DA GUIA CANDEIA PEREIRA, Professora de Educação Básica 3, matrícula nº 64.997-0, lotada na Secretaria de Estado da Educação e Cultura, conforme o disposto no art. 40, §1º, III, alínea “a” e § 5º da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº41/03 c/c o art. 1º da Lei nº 10.887/04.

João Pessoa, 28 de maio de 2008

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA – A – Nº 590

O Presidente da PBPREV, no uso de suas atribuições, consoante o disposto no art. 11, II, da Lei nº7.517-PBPREV, de 30 de dezembro de 2003 e de acordo com o Processo nº 8149-06,

RESOLVE
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à servidora MARIA ELISABETH CARVALHO DUARTE, Regente de Ensino, matrícula nº 75.561-3, lotada na Secretaria de Estado da Educação e Cultura, conforme o disposto no art. 40, §1º, III, alínea “a” e § 5º da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº41/03 c/c o art. 1º da Lei nº 10.887/04.

João Pessoa, 28 de maio de 2008

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA – A – Nº 591

O Presidente da PBPREV, no uso de suas atribuições, consoante o disposto no art. 11, II, da Lei nº7.517-PBPREV, de 30 de dezembro de 2003 e de acordo com o Processo nº 8257-06,

RESOLVE
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à servidora ISABEL RODRIGUES LEITE, Professora de Educação Básica 1, matrícula nº 141.097-1, lotada na Secretaria de Estado da Educação e Cultura, conforme o disposto no art. 40, §1º, III, alínea “a” e § 5º da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº41/03 c/c o art. 1º da Lei nº 10.887/04.

João Pessoa, 28 de maio de 2008

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA – A – Nº 592

O Presidente da PBPREV, no uso de suas atribuições, consoante o disposto no art. 11, II, da Lei nº7.517-PBPREV, de 30 de dezembro de 2003 e de acordo com o Processo nº 7816-06,

RESOLVE
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à servidora ENILDE MÁRCIA PORTO DE FREITAS, Professora de Educação Básica 3, matrícula nº 63.334-8, lotada na Secretaria de Estado da Educação e Cultura, conforme o disposto no art. 40, §1º, III, alínea “a” e § 5º da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº41/03 c/c o art. 1º da Lei nº 10.887/04.

João Pessoa, 28 de maio de 2008

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA – A – Nº 593

O Presidente da PBPREV, no uso de suas atribuições, consoante o disposto no art. 11, II, da Lei nº7.517-PBPREV, de 30 de dezembro de 2003 e de acordo com o Processo nº 8465-06,

RESOLVE
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à servidora SOCORRO NAZARÉ DOS SANTOS SOUTO, Regente de Ensino, matrícula nº 51.331-8, lotada na Secretaria de Estado da Educação e Cultura, conforme o disposto no art. 40, §1º, III, alínea “a” e § 5º da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº41/03 c/c o art. 1º da Lei nº 10.887/04.

João Pessoa, 28 de maio de 2008

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA – A – Nº 594**

O Presidente da PBPREV, no uso de suas atribuições, consoante o disposto no art. 11, II, da Lei nº7.517-PBPREV, de 30 de dezembro de 2003 e de acordo com o Processo nº 7954-06,

RESOLVE
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à servidora **MARIA DA PARECIDA FEITOSA PEREIRA**, Professora de Educação Básica 3, matrícula nº 66.229-1, lotada na Secretaria de Estado da Educação e Cultura, conforme o disposto no **art. 40, §1º, III, alínea “a” e § 5º da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº41/03 c/c o art. 1º da Lei nº 10.887/04.**

João Pessoa, 28 de maio de 2008

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA – A – Nº 595**

O Presidente da PBPREV, no uso de suas atribuições, consoante o disposto no art. 11, II, da Lei nº7.517-PBPREV, de 30 de dezembro de 2003 e de acordo com o Processo nº 8383-06,

RESOLVE
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à servidora **ELS GUEDES DE ANDRADE**, Professora de Educação Básica 2, matrícula nº 51.739-9, lotada na Secretaria de Estado da Educação e Cultura, conforme o disposto no **art. 40, §1º, III, alínea “a” e § 5º da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº41/03 c/c o art. 1º da Lei nº 10.887/04.**

João Pessoa, 28 de maio de 2008

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA – A – Nº 596**

O Presidente da PBPREV, no uso de suas atribuições, consoante o disposto no art. 11, II, da Lei nº7.517-PBPREV, de 30 de dezembro de 2003 e de acordo com o Processo nº 5943-07,

RESOLVE
CONCEDER APOSENTADORIA COMPULSÓRIA COM PROVENTOS PROPORCIONAIS AO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO ao servidor **JOSÉ NASCIMENTO DE OLIVEIRA**, Auxiliar de Enfermagem, matrícula nº 149.175-0, lotado na Secretaria de Estado da Saúde, conforme o disposto no **Art. 40, §1º, inciso II da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03 c/c o art. 1º da Lei 10.887/04.**

João Pessoa, 29 de maio de 2008

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA – A – Nº 597**

O Presidente da PBPREV, no uso de suas atribuições, consoante o disposto no art. 11, II, da Lei nº7.517-PBPREV, de 30 de dezembro de 2003 e de acordo com o Processo nº 10290-06,

RESOLVE
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE COM PROVENTOS PROPORCIONAIS AO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à servidora **MARIA DO SOCORRO CALIXTO**, Auxiliar de Serviço, matrícula nº 132.557-4, lotada na Secretaria de Estado da Educação e Cultura, conforme o disposto no **art. 40, §1º, III, alínea “b” da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº41/03 c/c o art. 1º da Lei nº 10.887/04.**

João Pessoa, 29 de maio de 2008

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA – A – Nº 598**

O Presidente da PBPREV, no uso de suas atribuições, consoante o disposto no art. 11, II, da Lei nº7.517-PBPREV, de 30 de dezembro de 2003 e de acordo com o Processo nº 9437-06,

RESOLVE
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE COM PROVENTOS PROPORCIONAIS AO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à servidora **EURIDES DA SILVA RAMOS**, Auxiliar de Serviço, matrícula nº 77.777-3, lotada na Secretaria de Estado da Educação e Cultura, conforme o disposto no **art. 40, §1º, III, alínea “b” da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº41/03 c/c o art. 1º da Lei nº 10.887/04.**

João Pessoa, 29 de maio de 2008

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA – A – Nº 599**

O Presidente da PBPREV, no uso de suas atribuições, consoante o disposto no art. 11, II, da Lei nº7.517-PBPREV, de 30 de dezembro de 2003 e de acordo com o Processo nº 6789-06,

RESOLVE
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à servidora **EVANDRA PRAZERES DE GUSMÃO**, Professora de Educação Básica 2, matrícula nº 66.112-1, lotada na Secretaria de Estado da Educação e Cultura, conforme o disposto no **art. 40, §1º, III, alínea “a” e § 5º da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº41/03 c/c o art. 1º da Lei nº 10.887/04.**

João Pessoa, 29 de maio de 2008

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA – A – Nº 600**

O Presidente da PBPREV, no uso de suas atribuições, consoante o disposto no art. 11, II, da Lei nº7.517-PBPREV, de 30 de dezembro de 2003 e de acordo com o Processo nº 8412-06,

RESOLVE
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à servidora **FRANCINETE FRANCISCA DA SILVA OLIVEIRA**, Professora de Educação Básica 3, matrícula nº 92.765-1, lotada na Secretaria de Estado da Educação e Cultura, conforme o disposto no **art. 40, §1º, III, alínea “a” e § 5º da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº41/03 c/c o art. 1º da Lei nº 10.887/04.**

João Pessoa, 29 de maio de 2008

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA – A – Nº 601**

O Presidente da PBPREV, no uso de suas atribuições, consoante o disposto no art. 11, II, da Lei nº7.517-PBPREV, de 30 de dezembro de 2003 e de acordo com o Processo nº 4110-07,

RESOLVE
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO ao servidor **FRANCISCO DAS CHAGAS BARBOSA DA COSTA**, Professor de Educação Básica 3, matrícula nº 61.717-2, lotado na Secretaria de Estado da Educação e Cultura, conforme o disposto no **art. 40, §1º, III, alínea “a” e § 5º da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº41/03 c/c o art. 1º da Lei nº 10.887/04.**

João Pessoa, 29 de maio de 2008

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA – A – Nº 602**

O Presidente da PBPREV, no uso de suas atribuições, consoante o disposto no art. 11, II, da Lei nº7.517-PBPREV, de 30 de dezembro de 2003 e de acordo com o Processo nº 8425-06,

RESOLVE
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à servidora **ELEONORA FREIRES DE FARIAS**, Professora de Educação Básica 3, matrícula nº 62.071-8, lotada na Secretaria de Estado da Educação e Cultura, conforme o disposto no **art. 40, §1º, III, alínea “a” e § 5º da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº41/03 c/c o art. 1º da Lei nº 10.887/04.**

João Pessoa, 29 de maio de 2008

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA – A – Nº 603**

O Presidente da PBPREV, no uso de suas atribuições, consoante o disposto no art. 11, II, da Lei nº7.517-PBPREV, de 30 de dezembro de 2003 e de acordo com o Processo nº 7796-06,

RESOLVE
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à servidora **MARIA DO CÉU PEQUENO**, Professora de Educação Básica 3, matrícula nº 66.025-6, lotada na Secretaria de Estado da Educação e Cultura, conforme o disposto no **art. 40, §1º, III, alínea “a” e § 5º da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº41/03 c/c o art. 1º da Lei nº 10.887/04.**

João Pessoa, 29 de maio de 2008

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA – A – Nº 604**

O Presidente da PBPREV, no uso de suas atribuições, consoante o disposto no art. 11, II, da Lei nº7.517-PBPREV, de 30 de dezembro de 2003 e de acordo com o Processo nº 7330-06,

RESOLVE
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à servidora **MARIA DO SOCORRO PEREIRA ALVES**, Professora de Educação Básica 3, matrícula nº 61.345-2, lotada na Secretaria de Estado da Educação e Cultura, conforme o disposto no **art. 40, §1º, III, alínea “a” e § 5º da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº41/03 c/c o art. 1º da Lei nº 10.887/04.**

João Pessoa, 29 de maio de 2008

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA – A – Nº 605**

O Presidente da PBPREV, no uso de suas atribuições, consoante o disposto no art. 11, II, da Lei nº7.517-PBPREV, de 30 de dezembro de 2003 e de acordo com o Processo nº 7933-06,

RESOLVE
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à servidora **MARIA DO CARMO CARDOSO ALMEIDA SANTOS**, Professora de Educação Básica 3, matrícula nº 64.053-1, lotada na Secretaria de Estado da Educação e Cultura, conforme o disposto no **art. 40, §1º, III, alínea “a” e § 5º da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº41/03 c/c o art. 1º da Lei nº 10.887/04.**

João Pessoa, 29 de maio de 2008

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA – A – Nº 606**

O Presidente da PBPREV, no uso de suas atribuições, consoante o disposto no art. 11, II, da Lei nº7.517-PBPREV, de 30 de dezembro de 2003 e de acordo com o Processo nº 7248-06,

RESOLVE
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à servidora **CLÉLIA LÚCIA SILVA**, Professora de Educação Básica 2, matrícula nº 26.519-5, lotada na Secretaria de Estado da Educação e Cultura, conforme o disposto no **art. 40, §1º, III, alínea “a” e § 5º da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº41/03 c/c o art. 1º da Lei nº 10.887/04.**

João Pessoa, 29 de maio de 2008

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA – A – Nº 607**

O Presidente da PBPREV, no uso de suas atribuições, consoante o disposto no art. 11, II, da Lei nº7.517-PBPREV, de 30 de dezembro de 2003 e de acordo com o Processo nº 3323-07,

RESOLVE
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à servidora **JOSEFA RODRIGUES DOS SANTOS**, Professora de Educação Básica 3, matrícula nº 62.034-3, lotada na Secretaria de Estado da Educação e Cultura, conforme o disposto no **art. 40, §1º, III, alínea “a” e § 5º da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº41/03 c/c o art. 1º da Lei nº 10.887/04.**

João Pessoa, 29 de maio de 2008

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA – A – Nº 608**

O Presidente da PBPREV, no uso de suas atribuições, consoante o disposto no art. 11, II, da Lei nº7.517-PBPREV, de 30 de dezembro de 2003 e de acordo com o Processo nº 5294-07,

RESOLVE
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à servidora **RONALDA BEZERRA DA SILVA**, Professora de Educação Básica 2, matrícula nº 65.583-0, lotada na Secretaria de Estado da Educação e Cultura, conforme o disposto no **art. 40, §1º, III, alínea “a” e § 5º da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº41/03 c/c o art. 1º da Lei nº 10.887/04.**

João Pessoa, 29 de maio de 2008

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA – A – Nº 609**

O Presidente da PBPREV, no uso de suas atribuições, consoante o disposto no art. 11, II, da Lei nº7.517-PBPREV, de 30 de dezembro de 2003 e de acordo com o Processo nº 1688-04,

RESOLVE
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à servidora **MARIA DE LOURDES DE SOUSA EPAMINONDAS**, Professora de Educação Básica 1, matrícula nº 81.689-2, lotada na Secretaria de Estado da Educação e Cultura, conforme o disposto no **art. 40, §1º, III, alínea “a” e § 5º da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº41/03 c/c o art. 1º da Lei nº 10.887/04.**

João Pessoa, 29 de maio de 2008

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PORTARIA - A - Nº 610**

O Presidente da PBPREV, no uso de suas atribuições, consoante o disposto no art. 11, II, da Lei nº 7.517-PBPREV, de 30 de dezembro de 2003 e de acordo com o Processo nº 7268-06,

RESOLVE
CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE COM PROVENTOS PROPORCIONAIS AO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à servidora JOSEFA BARROS DE ANDRADE, Professora de Educação Básica I, matrícula nº 142.786-5, lotada na Secretaria de Estado da Educação e Cultura, conforme o disposto no art. 40, §1º, III, alínea "b" da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03 c/c o art. 1º da Lei nº 10.887/04.

João Pessoa, 29 de maio de 2008


SEVERINO RAMALHO LEITE
Presidente da PBPREV

Resenha/PBprev/GP/nº062-2008

O Presidente da PBprev-Paraíba Previdência, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelos incisos I, II e III, do art. 11, da Lei nº 7.517, de 30 de dezembro de 2003, INDEFERIU o(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

Processo	Requerente	Assunto	Matrícula
10831-06	MARIA DE LOURDES JORGE DE SENA	REVISÃO DE APOSENTADORIA	39.842-0
1295-08	MATIAS DONATO DE MEDEIROS	REVISÃO DE APOSENTADORIA	61.427-1
3276-07	ANTONIO SIMIÃO DA SILVA	RESSARCIMENTO DE DESCONTO PREVIDENCIÁRIO	503.768-9
3735-07	JOSÉ LUIZ DE FRANÇA	RESSARCIMENTO DE DESCONTO PREVIDENCIÁRIO	510.862-4
9794-06	VERONICA MARIA DA SILVA	RESSARCIMENTO DE DESCONTO PREVIDENCIÁRIO	59.057-6
9355-06	SUELI FERNANDES MEDEIROS	RESSARCIMENTO DE DESCONTO PREVIDENCIÁRIO	57.927-1
3380-07	MARIA DA PENHA MARQUES DA SILVA	RESSARCIMENTO DE DESCONTO PREVIDENCIÁRIO	74.388-7

João Pessoa, 05 de maio de 2008

Resenha/PBprev/GP/Nº063-2008

O Presidente da PBprev-Paraíba Previdência, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelos incisos I e III, do art. 11, da Lei nº 7.517, de 30 de dezembro de 2003, DEFERIU o(s) seguintes processo(s) de ABONO DE PERMANÊNCIA, instituído pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003:

Processo	Requerente	Matrícula	Lotação
898-08	RAFAEL HOLANDA LINS	64.779-9	SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
1743-08	LUIZ MARTINHO DO NASCIMENTO	611.086-0	IPEP
718-08	LAUDINETE AZEVEDO COSTA	79.205-5	VICE GOVERNADORIA
833-08	ANTONIA MARIA DE SOUSA DANTAS	134.748-9	SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
1708-08	CLIZENEUDA TORRES TIMOTHEO FIGUEIREDO	611.144-1	IPEP
1483-08	EULALIA COELHO VIANA	67.526-1	SEC. ADMINISTRAÇÃO
83-08	CARLISMAR LACERDA RAMALHO	78.119-3	SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
185-08	MARIA DO SOCORRO BARROS	92.357-5	SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
1823-08	JOSILDO DE LIMA SILVA	610.114-3	IPEP
6457-07	MARIA DE FÁTIMA SIMÕES DE LIMA	81.426-1	SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
7126-07	FRANCISCA SALVIANO DE LACERDA	108.095-4	SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
2035-08	MARIA LÚCIA DOMINGOS	456.073-6	JUSTIÇA COMUM
1740-08	CONSUELO MAHON BRAGA	612.110-1	IPEP
2082-08	BENEDITO LAURENTINO DOS SANTOS	6.011-9	DER
6856-07	MARIA SOCORRO SÉRVULO DA NÓBREGA	56.457-5	SEC. SAÚDE
1787-08	EUDES SOARES DA ROCHA JUNIOR	258.796-3	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
163-08	MARICILA BRAZ DE FIGUEIREDO	64.647-4	SEC. SAÚDE
118-08	VERA LÚCIA FREIRE DE QUEIROZ	87.654-2	SEC. PLANEJAMENTO E GESTÃO
227-08	MARIA DAS GRACAS DE FRANÇA	64.732-2	SEC. SAÚDE
7147-07	JOSÉLIO GONÇALVES DE OLIVEIRA	73.123-4	SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
7221-07	MARIA JOSÉ MORAES DA SILVA	3.085-6	DETRAN
7062-07	BERTA LETÍCIA DE MEDEIROS WANDERLEY UGULINO LOPES	65.025-1	SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
6953-07	IVETE FERREIRA DE FARIAS	87.306-3	SEC. SAÚDE
7053-07	MARIA JULIA CORDEIRO	65.818-9	SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
6884-07	MARIA DO SOCORRO VIEIRA MEIRELES	70.833-0	SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
7059-07	ANA MARIA CAVALCANTI DE ALMEIDA	69.382-1	SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
376-08	VASTI FERREIRA	78.281-5	SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
641-08	MARIA DE FÁTIMA GABY FERNANDES CÉSAR	62.636-8	SEC. GOVERNO
1304-08	FRANCISCO GUEDES DE ALBUQUERQUE	60.500-0	SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
1946-08	ANA EMÍLIA DE ALMEIDA PINTO	120.405-0	UEPB
2012-08	ALBA LÚCIA ARAÚJO LUCENA DE OLIVEIRA	120.475-1	UEPB
5672-07	MARIA DAS GRACAS MAGALHÃES	66.399-9	SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
1437-08	RAIMUNDO PEQUENO DE LIMA	100.072-1	UEPB
5809-07	EUDEZIA TARGINO VIANA	72.017-8	SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
6219-07	REGINA COELI PINTO DA SILVA	66.949-1	SEC. ADMINISTRAÇÃO
1786-08	MARIA GORETH VENANCIO DE MELO	750.206-1	SUPLAN
7268-07	MARIA CELANE DE ARAÚJO	98.785-9	SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
2028-08	MARIA ALICE MAGNO BACALHAU	270.043-3	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
6877-07	DJALMA VILAR	68.529-1	DEFENSORIA PÚBLICA
7022-07	GERALDO GOMES DE ALBUQUERQUE	93.862-9	SEC. RECEITA
6878-07	MARLY MORAIS DA COSTA	71.903-0	SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
7228-07	SIMEÃO VILAR DE CARVALHO	54.476-1	SEC. SAÚDE
404-08	VERONICA MARIA GOMES PEREIRA	130.611-1	SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
557-08	JOAQUIM GONÇALVES DE ALMEIDA	149.102-4	SEC. SAÚDE

João Pessoa, 05 de maio de 2008

Resenha/PBprev/GP/Nº064-2008

O Presidente da PBprev-Paraíba Previdência, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelos incisos I e III, do art. 11, da Lei nº 7.517, de 30 de dezembro de 2003, INDEFERIU o(s) seguintes processo(s) de ABONO DE PERMANÊNCIA, instituído pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003:

Processo	Requerente	Matrícula	Lotação
6754-07	MARIA DO SOCORRO FERREIRA COUTINHO	82.722-3	SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
1529-08	MARIA DE FÁTIMA BARBOSA DE SOUZA	611.999-9	IPEP
2283-08	JOÃO ABRANTES BARBOSA	260.238-5	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
6293-07	JULIETA DIONÍSIO DE OLIVEIRA RAMOS	72.792-0	SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
7232-07	MARIA APARECIDA SIMÕES PEREIRA	62.676-7	SEC. SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
6928-07	NORMA MARIA ALVES DA SILVA	73.367-9	SEC. ADMINISTRAÇÃO
7013-07	ERIVALDA DOS SANTOS RAMOS	76.054-4	SEC. SAÚDE
7192-07	MANOEL ALEXANDRE DE FREITAS	82.098-9	SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
7193-07	MARIA GORETE DE FREITAS SIMÕES	78.260-2	SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
7196-07	JOANA D'ARC DE FREITAS FERREIRA	78.263-7	SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
6417-07	LENILDA MARIA PINTO	78.201-7	SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
7155-07	GLÓRIA DE FÁTIMA PIRES ARAÇÃO	86.293-2	SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
337-08	LAURA ALVES RABELO	73.966-9	SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
6991-07	MARIA DO SOCORRO COUTINHO RAMOS	143.200-1	SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
60-08	MARIA DO SOCORRO NELMA DE CARVALHO	141.421-6	SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
7203-07	MARIA DE LOURDES DA SILVA FERREIRA	71.702-9	SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
7079-07	MARIA DE FÁTIMA MEDEIROS COSTA	84.337-7	SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
7178-07	MARIA DE FÁTIMA CORREIA DE MOURA	89.702-7	SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
266-08	SANDRA MARIA DE SOUSA FALCONE	82.079-2	SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA

João Pessoa, 05, de maio de 2008


SEVERINO RAMALHO LEITE
Presidente da PBPREV

Receita

GERÊNCIA DO 1º NÚCLEO REGIONAL

PORTARIA Nº 017/2008- 1º GR/SER
PROCESSO: 00356220087

04/04/2008

O GERENTE DA 1ª GERÊNCIA REGIONAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art 61, Inciso IX, do Decreto nº 25.826 de 17 de abril de 2005.

RESOLVE:
I - COMUNICAR o extravio das Notas Fiscais, pertencente à firma AMADEU FUNERARIA E ARTIGOS RELIGIOSOS, estabelecida na Rua: Marques de Herval, nº 02 - Centro, CNPJ nº 41.203.092/0001-94 e Inscrição Estadual nº 16.099.169-2

II - CANCELAR, para todos os efeitos legais, servindo de prova apenas perante a Fazenda Estadual, os talões de notas fiscais série D 000801 à 000850, e 000851 à 000900, 001051 à 001100, Mod- 2.

III - DETERMINAR à fiscalização como um todo a apreensão de mercadorias acompanhadas com a documentação inserta no item II desta Portaria.

PUBLIQUE-SE


Wilton Camelo de Souza
Gerente da 1ª Gerência Regional

GERÊNCIA DO 1º NÚCLEO REGIONAL

PORTARIA Nº 018/2008 -1ª GR
PROCESSO: 02581720085

14/04/2008

O GERENTE DA 1ª GERÊNCIA REGIONAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art 61, Inciso IX, do Decreto nº 25.826 de 17 de abril de 2005.

RESOLVE:
I - COMUNICAR o extravio das Notas Fiscais, pertencente à firma ALCELYO ROBERTO MARIZ FIGUEIREDO, estabelecida na Av. São Paulo, 1210- Bairro dos Estados, CNPJ nº 03.844.298/0001-04 e Inscrição Estadual nº 16.127.797-7

II - CANCELAR, para todos os efeitos legais, servindo de prova apenas perante a Fazenda Estadual, os talões de notas fiscais série D 000201 À 000500, MOD-2.

III - DETERMINAR à fiscalização como um todo a apreensão de mercadorias acompanhadas com a documentação inserta no item II desta Portaria.

PUBLIQUE-SE


Wilton Camelo de Souza
Gerente da 1ª Gerência Regional

GERÊNCIA DO 1º NÚCLEO REGIONAL

PORTARIA Nº 019/2008 1ª GR
PROCESSO: 0229962008-7

14/04/2008

O GERENTE DA 1ª GERÊNCIA REGIONAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art 61, Inciso IX, do Decreto nº 25.826 de 17 de abril de 2005.

RESOLVE:
I - COMUNICAR o extravio das Notas Fiscais, pertencente à firma TOQUE DE ANJO DOCERIA LTDA, estabelecida na AV. Almirante Barroso, 438 - Loja 05 - Centro - João Pessoa - PB, CNPJ nº 05.669.587/0001-40 e Inscrição Estadual nº 16.139.002-1

II - CANCELAR, para todos os efeitos legais, servindo de prova apenas perante a Fazenda Estadual, os talões de notas fiscais Série D, nº 000001 a 000050 MOD-02.

III - DETERMINAR à fiscalização como um todo a apreensão de mercadorias acompanhadas com a documentação inserta no item II desta Portaria.

PUBLIQUE-SE


Wilton Camelo de Souza
Gerente da 1ª Gerência Regional

GERÊNCIA DO 1º NÚCLEO REGIONAL

PORTARIA Nº 020/2008 1ª GR
PROCESSO: 0233122008-5 14/04/2008

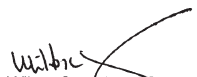
O GERENTE DA 1ª GERÊNCIA REGIONAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art 61, Inciso IX, do Decreto nº 25.826 de 17 de abril de 2005.

RESOLVE:

I - COMUNICAR o extravio das Notas Fiscais, pertencente à firma **ABD EMPREENDIMENTOS LTDA**, estabelecida na Av. Epitácio Pessoa, 1370 -Bairro dos Estados - João Pessoa - PB, CNPJ nº 08.680.860/0005-59 e Inscrição Estadual nº 16.110.875-0

II - CANCELAR, para todos os efeitos legais, servindo de prova apenas perante a Fazenda Estadual, os talões de notas fiscais MOD-1 nº 000001 à 000900; 000951 a 001050; 001101 a 001150, e Série D, de número 000001 a 000750 e 000801 a 001000, MOD-02.

III - DETERMINAR à fiscalização como um todo a apreensão de mercadorias acompanhadas com a documentação inserta no item II desta Portaria.
PUBLIQUE-SE


Wilton Camelo de Souza
Gerente da 1ª Gerência Regional

GERÊNCIA DO 1º NÚCLEO REGIONAL

PORTARIA Nº 021/2008 1ª GR
PROCESSO: 0117482008-0 14/04/2008

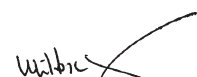
O GERENTE DA 1ª GERÊNCIA REGIONAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art 61, Inciso IX, do Decreto nº 25.826 de 17 de abril de 2005.

RESOLVE:

I - COMUNICAR o extravio das Notas Fiscais e Livros Fiscais, pertencente à firma **AGRO INDÚSTRIA MORIMITSU LTDA**, estabelecida na Fazenda Jaguarema do Meio, S/N - Zona Rural - Alhandra - PB, CNPJ nº 41.197.302/0001-89 e Inscrição Estadual nº 16.098.562-5

II - CANCELAR, para todos os efeitos legais, servindo de prova apenas perante a Fazenda Estadual, os talões de notas fiscais MOD-1 nº 000801 a 001000; Livros Fiscais Reg. de Entradas nº 04 a 09, Reg. de Saídas 04 a 09, Reg. de Apuração de ICMS nº 05 a 10 e Reg. de Inventário nº 01.

III - DETERMINAR à fiscalização como um todo a apreensão de mercadorias acompanhadas com a documentação inserta no item II desta Portaria.
PUBLIQUE-SE


Wilton Camelo de Souza
Gerente da 1ª Gerência Regional

GERÊNCIA DO 1º NÚCLEO REGIONAL

PORTARIA Nº 022/2008 1ª GR
PROCESSO: 0190522008-1 14/04/2008

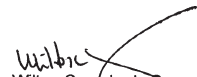
O GERENTE DA 1ª GERÊNCIA REGIONAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art 61, Inciso IX, do Decreto nº 25.826 de 17 de abril de 2005.

RESOLVE:

I - COMUNICAR o extravio do Livro Fiscal, pertencente à firma **CARDIO-MÉDICA COM. E REPRES. DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA**, estabelecida na Praça da Independência, 18 - sala 413 - Centro, CNPJ nº 05.745.082/0001-17 e Inscrição Estadual nº 16.139.057-9

II - CANCELAR, para todos os efeitos legais, servindo de prova apenas perante a Fazenda Estadual, O Livro de Registro de Inventário.

III - DETERMINAR à fiscalização como um todo a apreensão de mercadorias acompanhadas com a documentação inserta no item II desta Portaria.
PUBLIQUE-SE


Wilton Camelo de Souza
Gerente da 1ª Gerência Regional

1ª GERÊNCIA REGIONAL

PORTARIA Nº 023/2008 – 1ª GR João Pessoa, 17 de abril de 2008.

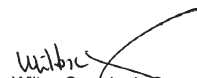
O Gerente da 1ª Gerência Regional, no uso das atribuições que lhe confere o art. 61, inciso IX, do Decreto nº 25.826 de 17 de abril de 2005.

RESOLVE:

DESIGNAR os Auditores Fiscais Tributários Estaduais Joaquim Solano da Silva Neto, matrícula nº 145.998-8 e Domingos Sávio da Rocha, matrícula nº 147.359-0, para sob a presidência do primeiro, apurar os fatos narrados pela Subgerente da Recebedoria de Rendas de João Pessoa através do ofício nº 023/2008-RRJP.

Cumpra-se

Publique-se


Wilton Camelo de Souza
Gerente da 1ª Gerência Regional

RECEBEDORIA DE RENDAS DE CAMPINA GRANDE

PORTARIA Nº 004897-0/2008-RRCG Campina Grande, 14 de abril de 2008

O Subgerente da Recebedoria de Rendas de Campina Grande, usando das atribuições que são conferidas pelo art. 140, § 3º, II, do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 18.930, de 19 de junho de 1997.


Considerando o que consta(m) no (s) processo(s) nº (s): 031277-4/2008.

Considerando que o(s) contribuinte(s) foi (foram) cancelado(s), "ex-officio",
RESOLVE:

I. RESTABELECER, as inscrições e o uso de talonários de notas fiscais e/ou cupons fiscais, da(s) firma(s) constante(s) na relação em anexo a esta Portaria,

II. Declarar a(s) firma(s) referida(s) no item anterior como apta(s) no Cadastro de Contribuintes do ICMS;

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação


ARNÃO CAVALCANTE DINIZ
Subgerente da RRCG

ANEXO A PORTARIA Nº 004897-0/2008 RRCG

INSCRIÇÃO	RAZÃO SOCIAL	ENDEREÇO	CIDADE
16.144.969-7	MARIA GORETTI ALVES DO NASCIMENTO	RUA VIGARIO CALIXTO Nº 2903 - A. CATOLE	C. GRANDE - PB

Recebedoria de Rendas de Campina Grande, 14 de abril de 2008


ARNÃO CAVALCANTE DINIZ
Subgerente da RRCG

RECEBEDORIA DE RENDAS DE CAMPINA GRANDE

PORTARIA Nº 003646-0/2008-RRCG Campina Grande, 25 de março de 2008

O Subgerente da Recebedoria de Rendas de Campina Grande, usando das atribuições que são conferidas pelo art. 140, § 3º, II, do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 18.930, de 19 de junho de 1997.

Considerando o que consta(m) no (s) processo(s) nº (s): 022759-0/2008.

Considerando que o(s) contribuinte(s) foi (foram) cancelado(s), "ex-officio",
RESOLVE:

I. RESTABELECER, as inscrições e o uso de talonários de notas fiscais e/ou cupons fiscais, da(s) firma(s) constante(s) na relação em anexo a esta Portaria,

II. Declarar a(s) firma(s) referida(s) no item anterior como apta(s) no Cadastro de Contribuintes do ICMS;

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação


ARNÃO CAVALCANTE DINIZ
Subgerente da RRCG

ANEXO A PORTARIA Nº 003646-0/2008 RRCG

INSCRIÇÃO	RAZÃO SOCIAL	ENDEREÇO	CIDADE
16.150.127-3	ANTONIO SERGIO DA SILVA	AV. ASSIS CHATEAUBRIAND Nº 2963, TAMBOR	C. GRANDE - PB

Recebedoria de Rendas de Campina Grande, 25 de março de 2008


ARNÃO CAVALCANTE DINIZ
Subgerente da RRCG

RECEBEDORIA DE RENDAS DE CAMPINA GRANDE

PORTARIA Nº 004833-0/2008-RRCG Campina Grande, 11 de abril de 2008

O Subgerente da Recebedoria de Rendas de Campina Grande, usando das atribuições que são conferidas pelo art. 140, § 3º, II, do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 18.930, de 19 de junho de 1997.

Considerando o que consta(m) no (s) processo(s) nº (s): 028570-2/2008; 030852-9/2008.

Considerando que o(s) contribuinte(s) foi (foram) cancelado(s), "ex-officio",
RESOLVE:

I. RESTABELECER, as inscrições e o uso de talonários de notas fiscais e/ou cupons fiscais, da(s) firma(s) constante(s) na relação em anexo a esta Portaria,

II. Declarar a(s) firma(s) referida(s) no item anterior como apta(s) no Cadastro de Contribuintes do ICMS;

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação


ARNÃO CAVALCANTE DINIZ
Subgerente da RRCG

ANEXO A PORTARIA Nº 004833-0/2008 RRCG

INSCRIÇÃO	RAZÃO SOCIAL	ENDEREÇO	CIDADE
16.083.834-7	PATRICIO EDILSON DO NASCIMENTO	RUA DOUTOR VASCONCELOS LOJA - 01, MER PRODUTOR, ALTO BRANCO	C. GRANDE - PB
16.118.529-0	ENERGY ELETRICIDADE LTDA	AV. PRESIDENTE JOAO PESSOA Nº 356 - TERREO, CENTRO	C. GRANDE - PB

Recebedoria de Rendas de Campina Grande, 11 de abril de 2008


ARNÃO CAVALCANTE DINIZ
Subgerente da RRCG


Procuradoria Geral do Estado

PORTARIA Nº 152/PGE

João Pessoa, 28 de maio de 2008.

O PROCURADOR GERAL DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 8º, inciso V, da Lei Complementar nº 42, de 16 de dezembro de 1986, c/c o artigo 23, inciso V, do Regulamento da Procuradoria Geral do Estado, aprovado pelo Decreto nº 11.822, de 29 de janeiro de 1987,

RESOLVE designar o Bel. RICARDO SÉRGIO FREIRE DE LUCENA, matrícula nº 80.272-7, Procurador do Estado, para responder pelo cargo em comissão de Gerente Regional da Procuradoria Geral do Estado, símbolo CGF-2, no 8º Núcleo, com sede na cidade de **Catolé do Rocha-PB**, até ulterior deliberação.


HARRISON ALEXANDRE TARGINO
PROCURADOR GERAL DO ESTADO